



GESTÃO SUSTENTÁVEL
Justiça Federal da 1ª Região

Relatório de Desempenho de Metas

Plano de Logística Sustentável

Justiça Federal de Minas Gerais

PLS 2017

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

Diretora do Foro

Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES

Vice-Diretora do Foro

Juíza Federal VÂNILA CARDOSO ANDRÉ DE MORAES

Diretora da Secretaria Administrativa – SECAD/SJMG

ELOÍSA CRUZ MOREIRA DE CARVALHO

Comissão Gestora Do PLS – SJMG

PORTARIA DIREF N. 44 DE 22 DE MAIO DE 2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
ALGUMAS AÇÕES DESENVOLVIDAS – FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2017.....	5
PAPEL.....	7
COPOS DESCARTÁVEIS.	16
ÁGUA ENVASADA	22
IMPRESSÕES, EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO E SUPRIMENTOS (TONER).....	25
TELEFONIA.....	31
ENERGIA ELETRICA	35
ÁGUA E ESGOTO.....	40
GESTÃO DE RESÍDUOS.....	45
REFORMAS	49
LIMPEZA	52
VIGILÂNCIA.....	55
VEÍCULOS.....	58
COMBUSTÍVEL	63
QUALIDADE DE VIDA.....	67
CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89

INTRODUÇÃO

Em 15/02/2016, por meio da Resolução Presi n. 4, foi instituído o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região - PLS. O PLS tem o objetivo de estipular ações que permitam o alcance de metas direcionadas à racionalização de gastos e qualidade dos serviços prestados, em observância à garantia do equilíbrio sócio, econômico e ambiental. Por se tratar de instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal, foi traçado como base no novo ciclo de gestão estratégica, devendo perdurar até o ano de 2020, quando deverá ser apresentado novo cronograma. Esse planejamento foi construído com base na Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que determina a criação e as competências das unidades ou núcleos socioambientais no Poder Judiciário.

Especificamente em Minas Gerais, a Portaria Diref n. 25, de 25 de fevereiro de 2016, ratificou a revisão efetuada no Plano de Logística Sustentável, o qual havia sido aprovado anteriormente pela Portaria Diref n. 187, de 18 de dezembro de 2015.

O último PLS foi publicado em 11 de julho de 2017 e foi aprovado pela Portaria DIREF n. 68, de 11 de julho de 2017.

O PLS da JFMG é formado por três partes:

I – referencial estratégico para a gestão socioambiental, composto por objetivos, indicadores, metas, responsabilidades, metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados. O referencial deve ser atualizado a cada novo ciclo do Planejamento Estratégico da Justiça Federal;

II – inventário de bens e materiais adquiridos com critérios de sustentabilidade, a ser atualizado anualmente até o dia 10 de dezembro;

III – plano de ação socioambiental, composto por práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços e ações de divulgação, sensibilização e capacitação.

Em complemento às determinações superiores, tanto o Tribunal quanto as Seccionais instituíram a Comissão Gestora. Na JFMG, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável foi criada por meio da Portaria n. 122, de 6 de julho de 2015 e modificada pelas Portarias: DIREF n. 59 de 06 de abril de 2016; Portaria DIREF n. 123 de 01 de agosto de 2016 e Portaria DIREF n. 44 de 22 de maio de 2017.

Com o cumprimento das normas superiores, tiveram início os trabalhos da área socioambiental, conduzidos pela Seção de Apoio à Gestão Socioambiental – SEAGA, e pelos membros da Comissão Gestora do PLS.

ALGUMAS AÇÕES DESENVOLVIDAS – FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2017

Durante o ano de 2017 foram realizadas algumas ações na Seção Judiciária de Minas Gerais que merecem destaque. Algumas dessas ações são descritas de forma breve abaixo.

Adesão ao Termo de Cooperação Técnica entre os órgãos do Estado de Minas Gerais – Criação da Rede Sustenta Minas: Trata-se de um comitê de trabalho interinstitucional para o estabelecimento de colaboração entre os órgãos e instituições participantes, com vistas ao intercâmbio de experiências e informações para a implementação de programas e ações de responsabilidade socioambiental. Ao compor a rede, os integrantes se comprometem a criar grupos de cooperação nas áreas de racionalização e redução de custos; construções sustentáveis; capacitação e produção científica; destinação adequada de resíduos; compras sustentáveis e compartilhadas; e qualidade de vida.

Padronização de impressoras – Estudo foi realizado durante o ano de 2017 visando à redução do quantitativo de impressoras instaladas na Seccional, estabelecendo-se um número máximo de equipamentos por Vara. Para a realização do estudo levou-se em consideração o estoque disponível de toner, o custo e número de impressões por modelo de impressora, a atividade do setor, etc. O recolhimento dos equipamentos acima do número máximo estipulado terá início em janeiro de 2018.

Eliminação do uso de copos plásticos descartáveis para servidores – Os copos plásticos são fornecidos apenas para eventos e para atendimento ao público externo, como no caso de reuniões e de jurisdicionados que procuram a JFMG, como por exemplo, para a realização de perícias médicas.

Criação da Central de Copos Reutilizáveis – Com a não disponibilização de copos descartáveis para o público interno, criou-se uma central de copos reutilizáveis com recipientes doados pelos próprios servidores. Esses copos ficam disponíveis para todo o quadro funcional.

Divulgação dos Resultados do PLS 2016 - Visita às Varas Federais para divulgação dos resultados do Plano de Logística Sustentável do ano de 2016. Apresentações em Power Point foram realizadas nas próprias Varas, para todos os servidores e prestadores de serviço.

Divulgação da Cartilha de Coleta Seletiva, por e-mail e na página da internet no link da sustentabilidade.

Campanha para Recolhimento de Carimbos – Foi realizada campanha para que os servidores entregassem os carimbos do tipo Trodat para que esses carimbos pudessem ser reaproveitados sendo reutilizados para a confecção de novos carimbos.

Visita de Servidores Multiplicadores da Comissão de Sustentabilidade à Cooperativa de Catadores, Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes e à Estação de Reciclagem de Entulho da Pampulha – Roteiro da Limpeza oferecido pela SLU – Prefeitura de Belo Horizonte.

Curso sobre Compras e Licitações Sustentáveis, *in company*, com carga horária de 16 horas. O curso teve como objetivo disseminar os conceitos de sustentabilidade nas licitações públicas para implantação e prática dos

critérios socioambientais nos procedimentos de aquisição de bens, serviços e obras.

Feira de Sustentabilidade com diversos produtos sustentáveis, tais como Roupas, brinquedos, alimentos, artigos de decoração, etc.

Seminário de Sustentabilidade – realizado para comemorar a semana do meio ambiente. O Seminário contou com as palestras: Cultura e Meio Ambiente como Instrumentos para Implantação da Agenda 2030; Aplicação de Técnicas Nucleares no Apoio à Solução de Questões Ambientais; As ações do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal de Minas Gerais: Desempenho dos Indicadores Estratégicos, Metas e Desafios Anuais.

Inclusão de refugiados do Haiti na contratação de mão de obra terceirizada para os serviços de conservação e limpeza – Centro Zanmi.

Programa ESAL, que visa à contratação de estagiários de nível médio que vivem em situação de vulnerabilidade social.

As demais ações realizadas na Seção Judiciária de Minas Gerais durante o ano de 2017 são explicitadas abaixo, no decorrer da análise de cada indicador, de acordo com as ações propostas no PLS-SJMG.

A consolidação dos resultados alcançados e a análise dos indicadores previstos na Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça seguem abaixo. Foram avaliadas as metas e respectivas ações estabelecidas no Plano de Logística Sustentável da Seção Judiciária de Minas Gerais, mostrando a evolução do desempenho dos indicadores.

TEMA 1 – MATERIAIS DE CONSUMO

PAPEL – COPOS DESCARTÁVEIS – ÁGUA ENVASADA

META 1 – 20% de redução de consumo de resmas de papel até 2020 em relação ao ano de 2015

Ações propostas:

1. Campanha para uso racional de impressoras. A ASCOM elabora campanha informando sobre as ações de configuração de impressoras. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação não realizada. A ação foi realizada no ano de 2016 e deverá ser realizada novamente em 2018, pois se trata de ação contínua de conscientização.

2. Configuração das impressoras para padrão frente e verso. O NUTEC configura equipamentos da SJMG para impressão frente e verso, como parte da Campanha Consumo Consciente; NUTEC prepara atendimento para demandas de configuração diferenciada. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação concluída. A Portaria Diref n. 30, de 04 de março de 2016 determinou a padronização da impressão frente e verso no âmbito da Seção Judiciária de Minas Gerais e Subseções vinculadas. A ação será reavaliada para nova realização em 2018.

3. Campanha para evitar impressão e revisar documentos. Ação sugerida pela Resolução CNJ 201/2015. A ASCOM e CPS elaboram campanhas de sensibilização quanto ao gasto excessivo de papel; Divulgação por meio de intranet, murais e e-mails, das lotações mais "sustentáveis". (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação concluída parcialmente. A campanha foi realizada por meio de visitas às Varas Federais para apresentação dos resultados alcançados com o PLS de 2016. Nas apresentações foi realizado um comparativo de gasto de papel entre as Varas de mesma especialidade. A ação deverá ser implementada novamente em 2018, pois se trata de ação contínua de conscientização. No entanto, a divulgação das lotações mais sustentáveis não foi realizada e será reavaliada para implementação em 2018.

4. Avaliar a sistemática de distribuição de papel. Avaliar desde o processo de solicitação, aquisição e entrega de papel nas unidades para possibilitar a diminuição do fornecimento de papel quando verificado que seu consumo pode ser reduzido na unidade avaliada. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação não realizada. Será reavaliada e postergada para 2018.

5. Campanha para devolução de material não consumido ao almoxarifado para reaproveitamento e destinação social. Unidades devolvem ao almoxarifado as resmas de papel, papel timbrado e envelopes que estejam estocados devido a excessos nos pedidos; Avaliar a possibilidade de receber outros itens. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação não realizada. Será reavaliada e postergada para 2018.

6. Analisar a possibilidade de redução dos itens do acervo do Almoxarifado (estoques mínimos). Avaliar a diminuição da quantidade de itens por tipo de produto no almoxarifado, buscando manter um estoque mínimo viável. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação concluída. Houve homologação pela Diref de uma lista contendo itens do acervo do almoxarifado que seriam restringidos ou eliminados. A lista com os itens foi divulgada para o corpo funcional.

7. Reduzir em 10% o fornecimento de material solicitado considerando a média de consumo de 2015. Disponibilizar os dados de consumo de papel das unidades; Apresentação periódica dos dados para os gestores das unidades; Criar espaço de comunicação constante na intranet informando o consumo da SJMG. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação concluída parcialmente. Os dados de consumo são disponibilizados no link da sustentabilidade na página da internet e foram apresentados para a Diretoria Administrativa. Criou-se espaço de comunicação constante, o link da sustentabilidade na internet, e o email sustentabilidade.mg@trf1.jus.br. O fornecimento não foi reduzido, ação postergada para 2018.

8. Informar dados de consumo ao corpo funcional. Ação sugerida pela Resolução CNJ 201/2015; Aperfeiçoar ferramentas de gerenciamento de consumo das unidades – SICAM; Apresentar periodicamente os dados de consumo para os gestores das unidades; Criar espaço de comunicação constante na intranet informando o consumo da SJMG. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação concluída. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da Seção Judiciária de Minas Gerais. Um ofício contendo o desempenho dos indicadores também é enviado aos gestores das Subseções Judiciárias, no entanto a apresentação periódica dos dados será revista e aperfeiçoada em 2018, aumentando a periodicidade e o número de gestores a quem são entregues. O SICAM não foi aperfeiçoado, tal procedimento depende de ação do Tribunal. Criou-se espaço de comunicação constante, o link da sustentabilidade na internet, e o email sustentabilidade.mg@trf1.jus.br.

9. Solicitar o aperfeiçoamento do sistema SICAM para eliminação de impressão. Criação de sistema digital de confirmação de recebimento ou devolução de bens.

Cancelado, pois depende de ação do Tribunal. No entanto, todos os pedidos de confirmação de recebimento ou devolução de bens são feitos por via eletrônica, utilizando o sistema SEI.

10. Campanha de estímulo ao uso do papel reciclado ou não clorado. Ação sugerida pela Resolução CNJ 201/2015; Medida para implementação da recomendação do item 2.2.1.h do Relatório de Auditoria Operacional 01/2015 da Secretaria de Controle Interno do TRF 1ª Região; ASCOM elabora de campanha de sensibilização para restringir uso do papel branco, como parte da Campanha Consumo Consciente. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação realizada. A campanha foi realizada por meio de visitas às Varas Federais para apresentação dos resultados alcançados com o PLS de 2016.

11. Normatização para o uso do papel Ofício II. Evitar o uso do papel ofício II, a ser entregue somente mediante autorização expressa da SECAD após solicitação justificada do demandante.

Concluído. Foi publicada a Portaria Diref n. 30, de 04 de março de 2016, que dispõe sobre a padronização do uso de papel A4 e da impressão frente e verso no âmbito da Seção Judiciária de Minas Gerais e Subseções vinculadas.

12. Avaliar a viabilidade de utilização de papel-toalha em rolo. Avaliar a viabilidade técnico-econômica para substituição das folhas de papel por rolos.

Ação concluída. Implantado por comodato pela empresa terceirizada na seccional de Belo Horizonte.

13. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. . Buscar soluções para melhoria da gestão administrativa das unidades. (Prazo: 2º semestre/2016).

Cancelado. Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

14. Padronização do número de impressoras. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação parcialmente concluída. Estudo foi realizado durante o ano de 2017 visando à redução do quantitativo de impressoras instaladas na Seccional, estabelecendo-se um número máximo de equipamentos por Vara. Para a realização do estudo levou-se em consideração o estoque disponível de toner, o custo e número de impressões por modelo de impressora, a atividade do setor, etc. O recolhimento dos equipamentos acima do número máximo estipulado terá início em janeiro de 2018.

15. Integração do controle do almoxarifado da SJMG com o almoxarifado das Subseções. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação parcialmente concluída. A integração do almoxarifado foi implantada como projeto piloto na Subseção de Contagem. A ação deverá ter continuidade no ano de 2018.

Indicadores:

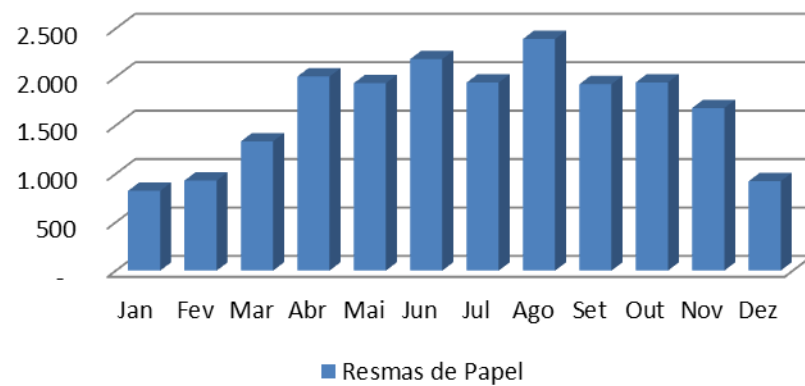
Para o cumprimento da Meta 1 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 1 a 6 abaixo

1 a 6. Papel

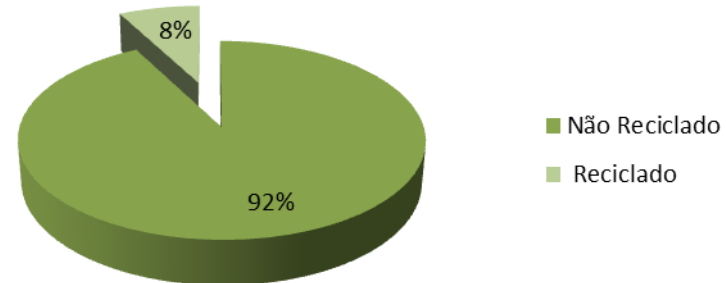
Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1. Consumo de papel branco	772	839	1225	1800	1841	2022	1772	2164	1785	1737	1539	832	18328
2. Gasto com aquisição de papel branco	10.638,16	11.557,18	16.879,44	24.804,00	25.368,98	27.857,86	24.416,04	29.815,68	24.595,18	23.935,86	21.203,18	11.463,90	252.535,46
3. Consumo de papel reciclado	51	90	109	203	93	160	168	226	139	205	139	90	1673
4. Gasto com aquisição de papel reciclado	756,84	1335,60	1617,56	3012,52	1335,60	2374,40	2493,12	3353,84	2062,76	3042,20	2062,76	1335,60	24782
5. Consumo total de papel branco e reciclado	823	929	1334	2003	1934	2182	1940	2390	1924	1942	1678	922	20001
6. Gasto total de papel branco e reciclado	11395	12892	18497	27816	26704	30232	26909	33169	26657	26978	23265	12799	277.318,26

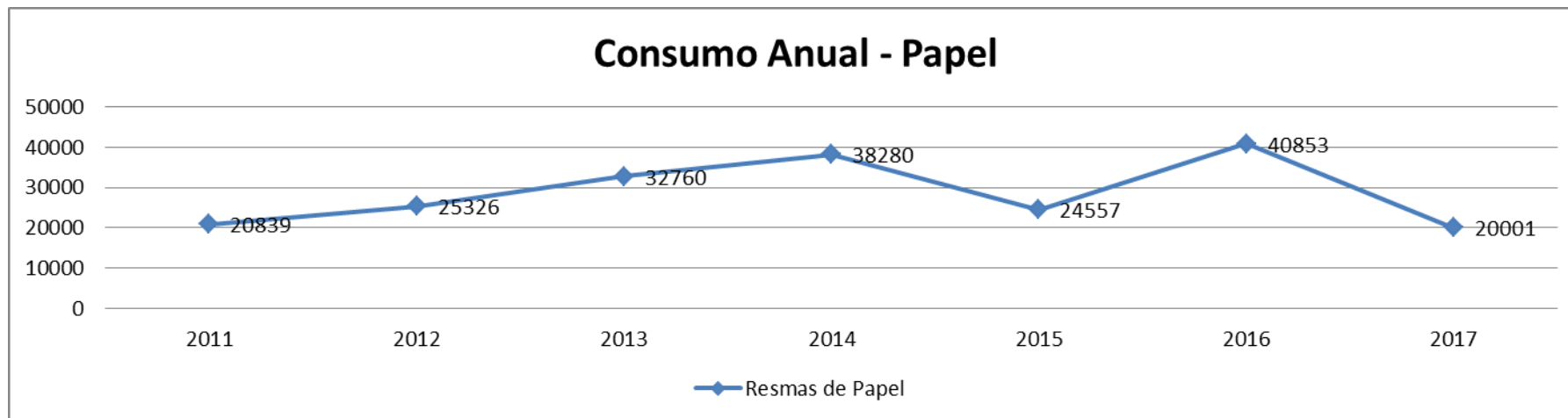
Gráficos Consumo de Papel JFMG 2017

Justiça Federal de MG - Consumo de Papel



Relação Consumo Papel Não Reciclado e Reciclado





Análise dos resultados de 2017:



A meta de 20% de redução de consumo de resmas de papel até 2020, em relação ao ano de 2015 (24.557 Resmas), totaliza 4911 resmas de papel. No entanto, como esse valor deverá ser alcançado somente em 2020, dividiu-se o total de resmas a serem economizadas por 4 anos, o que nós dá a meta anual de 1227 resmas. Dessa forma, a meta para 2017 seria o ano de 2016 (40853) menos 1227 resmas, o que corresponde a 39.625 resmas.

Conclui-se, portanto, que a meta do ano de 2017 foi alcançada, pois se obteve como resultado o consumo de 20001 resmas de papel, somando-se os tipos: branco, ofício e reciclado, em toda a Seção Judiciária de Minas Gerais.

No entanto, esse dado deve ser avaliado com cautela devido à forma de obtenção da informação do consumo de papel da SJMG. No ano de 2016 os dados foram obtidos no momento de saída do papel do almoxarifado, ou seja, no momento da distribuição. No final do ano de 2016 ocorreu um aumento significativo na distribuição de papel, em consequência de uma grande compra efetuada devido a possíveis restrições orçamentárias. Dessa forma, o papel distribuído no final de 2016 (meses de novembro e dezembro) será consumido de fato em 2017.

Tendo em vista o problema para a obtenção dos dados de consumo de papel relatado acima, modificou-se, a partir de abril de 2017 a forma de disponibilização das informações. Atualmente os dados são informados mensalmente, em processo SEI, pelas Subseções Judiciárias.

Considerando o exposto de que as informações começaram a ser obtidas no mês de abril, pode haver ainda uma inconformidade de dados considerando-se o período de 12 meses.

A economia de papel pode dever-se à implantação do Processo Judicial Eletrônico – Pje, que ocorreu na Seção Judiciária de Minas Gerais em dezembro de 2016 e às campanhas de conscientização.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

As subseções deverão iniciar o envio dos dados de consumo de papel mensalmente.

Divulgar as lotações mais sustentáveis. A apresentação periódica dos dados será revista e aperfeiçoada em 2018, aumentando a periodicidade e o número de gestores a quem são entregues.

Avaliar a sistemática de distribuição de papel. Avaliar desde o processo de solicitação, aquisição e entrega de papel nas unidades para possibilitar a diminuição do fornecimento de papel quando verificado que seu consumo pode ser reduzido na unidade avaliada.

Estimular o consumo do papel reciclado.

Estabelecer um índice de consumo, usando como variáveis o número de processos em curso e a competência da vara, pesquisando-se as demandas das mesmas.

Buscar boas práticas de órgãos que apresentaram resultados positivos.

Padronização do número de impressoras.

META 2 – 80% de redução do consumo de copos descartáveis até 2020, em relação ao ano de 2015

Ações propostas:

16. Avaliar a viabilidade da substituição dos copos plásticos descartáveis por modelos oxibiodegradáveis.

Cancelada. Custo de aquisição aproximadamente 73% maior. Ação será reavaliada posteriormente.

17. Campanha para uso racional do copo descartável e estímulo ao uso do copo retornável.

Concluído. Ação realizada. As campanhas foram feitas por meio de e-mail, murais e intranet. Com a não disponibilização de copos descartáveis para o público interno, criou-se uma central de copos reutilizáveis com recipientes doados pelos próprios servidores. Esses copos ficam disponíveis para todo o quadro funcional.

18. Informar dados de consumo ao corpo funcional. (Prazo: 1º semestre/2017)

Ação realizada. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da Seção Judiciária de Minas Gerais.

19. Reduzir em 10% o fornecimento de material solicitado conforme dados de consumo de 2015.

Concluído. Ação realizada. O fornecimento de copos descartáveis foi reduzido pelo almoxarifado.

20. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional.

Cancelado. Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

21. Restringir o uso de copos descartáveis nas unidades. (Prazo: 1º semestre/2017)

Ação realizada. A partir do dia 02 de maio de 2017 houve a restrição do uso de copos descartáveis para todo o público

22. Criação de uma central de copos retornáveis. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação realizada. Com a restrição do uso de copos descartáveis e como forma de facilitar o acesso do quadro funcional interno a copos não descartáveis, foi criada uma Central de Copos Reutilizáveis. A Central funciona com copos reutilizáveis doados pelo próprio quadro funcional, compostos por vidro, porcelana ou plástico, e que estejam em bom estado de conservação, basta entregá-los na Central de Copos. Os copos arrecadados serão disponibilizados aos servidores, terceirizados e estagiários.

23. Avaliar o desempenho das cotas estabelecidas para a distribuição de copos descartáveis. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação não realizada. Postergada para 2018.

24. Integração do controle do almoxarifado da SJMG com o almoxarifado das Subseções. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação parcialmente concluída. A integração do almoxarifado foi implantada como projeto piloto na Subseção de Contagem. A ação deverá ter continuidade no ano de 2018.

25. Revisão dos contratos de fornecimento de água envasada (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação não realizada. As ações serão realizadas em 2018.

26. Avaliar a possibilidade de substituição de água mineral envasada por purificadores de água. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação não realizada. As ações serão realizadas em 2018.

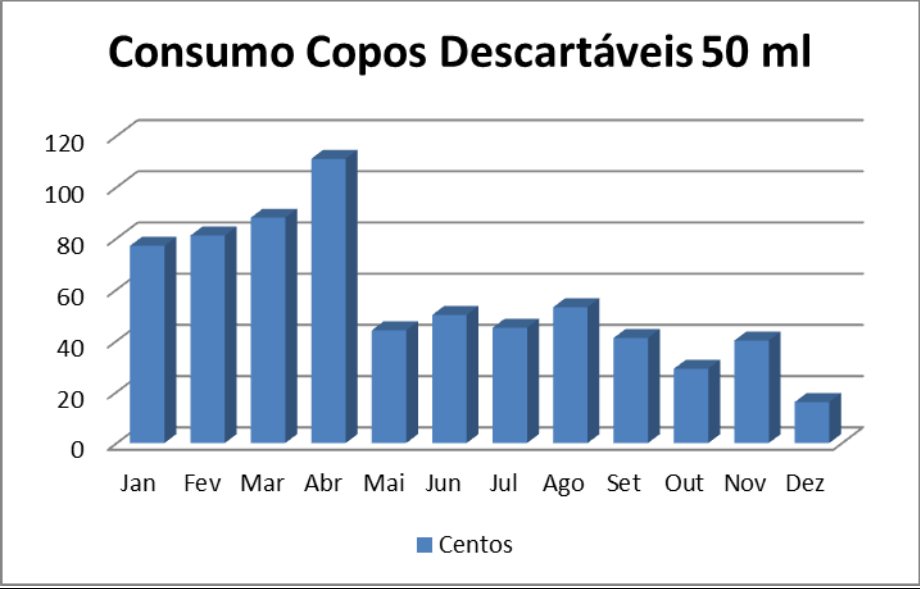
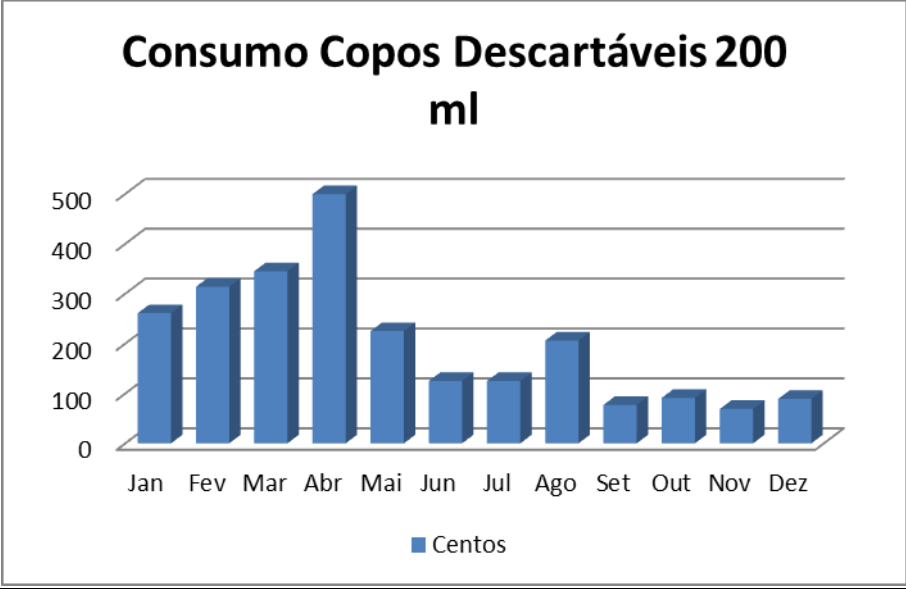
Indicadores:

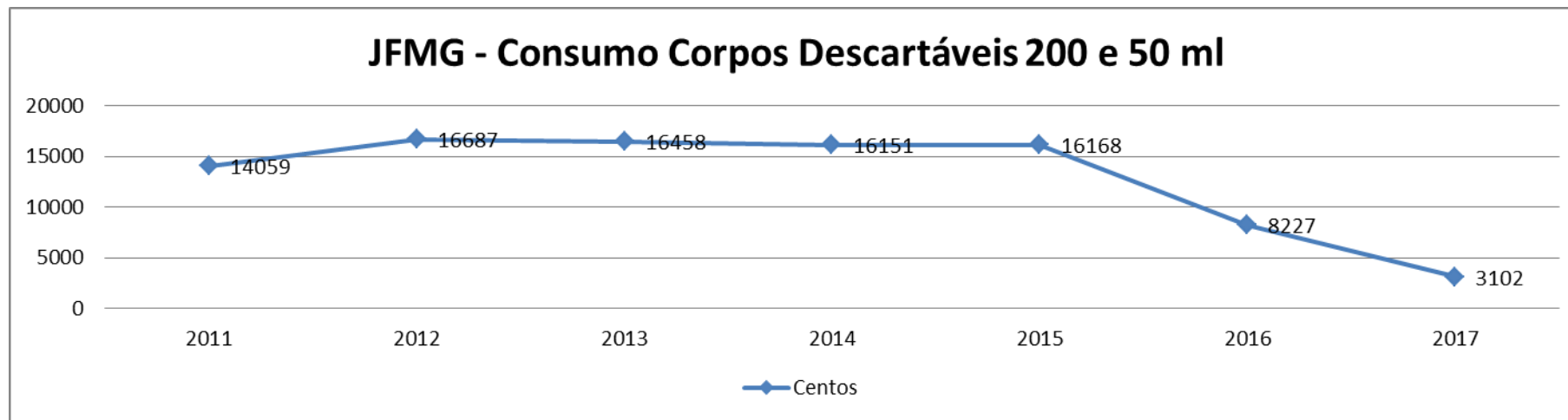
Para o cumprimento da Meta 2 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 7 a 9, referentes a copos descartáveis.

7 a 9. Copos descartáveis

Indicador	2016	2017
7. Consumo de copos de 200 ml descartáveis	7.128	2.427
8. Consumo de copos de 50 ml descartáveis	1.099	675
9. Consumo total de copos descartáveis	8.227	3.102

Gráficos Consumo de Copos Descartáveis JFMG 2017:





Análise dos resultados de 2017:



A meta de 80% de redução de consumo de copos descartáveis até 2020, em relação ao ano de 2015 (16.168 centos), totaliza 12.934 centos de copos. No entanto, como esse valor deverá ser alcançado somente em 2020, dividiu-se o total de resmas a serem economizadas por 4 anos, o que nós dá a meta anual de 3.233 centos. Dessa forma, a meta para 2017 seria o ano de 2016 (16.168) menos 3.233, o que corresponde a 12.934 centos.

A meta de redução foi alcançada e superada. A redução de copos foi de 80,8% em relação ao ano de 2015, ou seja, com a restrição do uso de copos para o público interno permitiu alcançar a meta para o ano de 2020 em apenas 12 meses.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Eliminação do uso de copos plásticos descartáveis na JFMG

META 3 – 30% de redução do gasto com aquisição de água envasada até 2020, em relação ao ano de 2016

Ações propostas:

27. Revisão dos contratos de fornecimento de água envasada.

Ação não realizada. Postergada para 2018

28. Avaliar a possibilidade de substituição da água mineral envasada por purificadores de água.

Ação não realizada. Postergada para 2018

Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 3 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 10 a 13 abaixo:

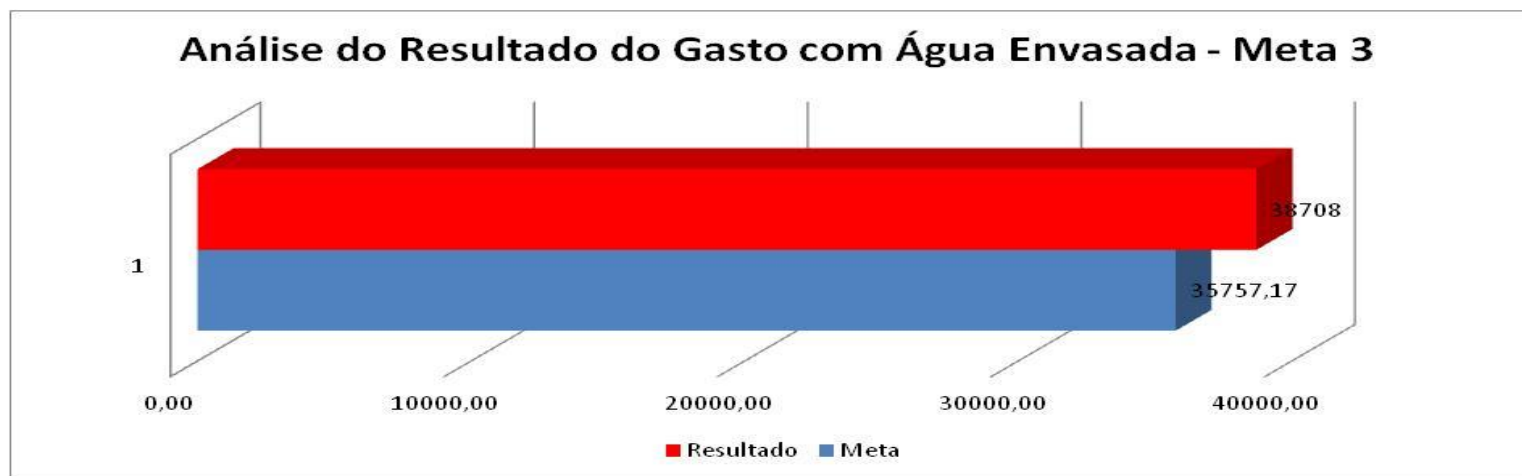
10 a 13. Consumo de água mineral envasada

Indicador	2016	2017
10. Consumo de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – explicitar o volume em ml ou litro)	Não há	Não há
11. Consumo de garrafões de água de 20 litros	4.494	4.476
12. Gasto com aquisição de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás – explicitar o volume em ml ou litro)	Não há	Não há
13. Gasto com aquisição de garrafões de 20 litros	38.656,40	38.708,20

Gráficos Água em Embalagem Retornável JFMG 2017:



Análise do indicador:



A meta de 30% de redução do gasto com aquisição de água envasada até 2020, em relação ao ano de 2016 não foi alcançada. O resultado esperado para o ano de 2017 seria a meta de R\$ 35.757,17. No entanto, o resultado alcançado foi de R\$ 38.708,20, o que corresponde a um aumento de 0,13% em relação ao ano de 2016.

Na Justiça Federal de Minas Gerais a água envasada só é distribuída para cidades no interior do Estado em que o saneamento básico não ofereça segurança da sua qualidade. Não há aquisição de água mineral em embalagens descartáveis na JFMG.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Avaliar a possibilidade de substituição da água envasada por sistema de purificação nas Subseções.

As subseções deverão encaminhar laudos que justifiquem a aquisição de água mineral

TEMA 2 – IMPRESSÕES

IMPRESSÕES, EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO E SUPRIMENTOS (TONER)

META 4 – 20% de redução do consumo de cartuchos até 2020, em relação ao ano de 2016

Ações propostas:

29. Configuração das impressoras para padrão frente e verso. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação concluída. A Portaria Diref n. 30, de 04 de março de 2016 determinou a padronização da impressão frente e verso no âmbito da Seção Judiciária de Minas Gerais e Subseções vinculadas. A ação será reavaliada para nova realização em 2018.

30. Configurar impressoras e computadores em modo de economia de energia. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação realizada. O Nutec realizou a configuração em modo de economia de energia.

31. Avaliar a viabilidade técnica da redução do número de copiadoras instaladas nas unidades.

Concluído. Ação realizada. O novo contrato prevê a redução do número de copiadoras.

32. Informar dados de gerenciamento de copiadoras ao corpo funcional. (Prazo: 1º semestre/2017)

Ação realizada. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da Seção Judiciária de Minas Gerais.

33. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional.

Cancelado. Ação Prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

34. Padronização do número de impressoras. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação parcialmente concluída. Estudo foi realizado durante o ano de 2017 visando à redução do quantitativo de impressoras instaladas na Seccional, estabelecendo-se um número máximo de equipamentos por Vara. Para a realização do estudo levou-se em consideração o estoque disponível de toner, o custo e número de impressões por modelo de impressora, a atividade do setor, etc. O recolhimento dos equipamentos acima do número máximo estipulado terá início em janeiro de 2018.

35. Descentralização do SICAM – Criação de almoxarifados regionais. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação parcialmente concluída. A integração do almoxarifado foi implantada como projeto piloto na Subseção de Contagem. A ação deverá ter continuidade no ano de 2018.

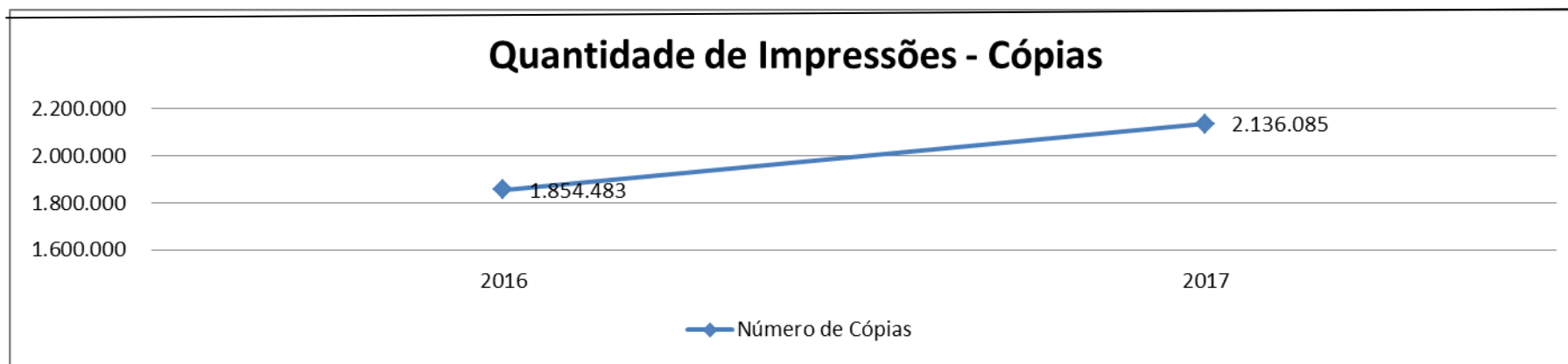
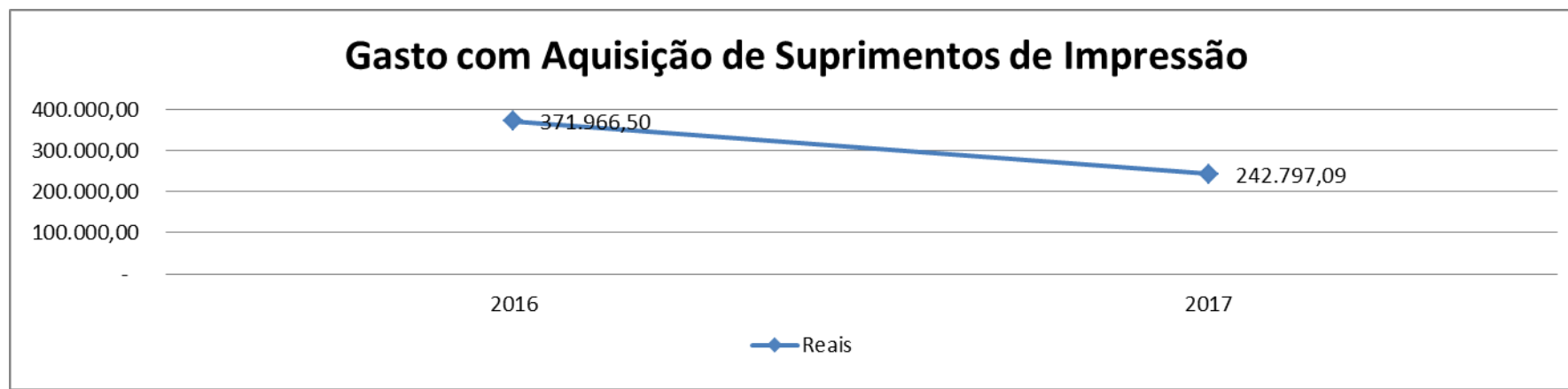
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 4 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 14 a 19 abaixo:

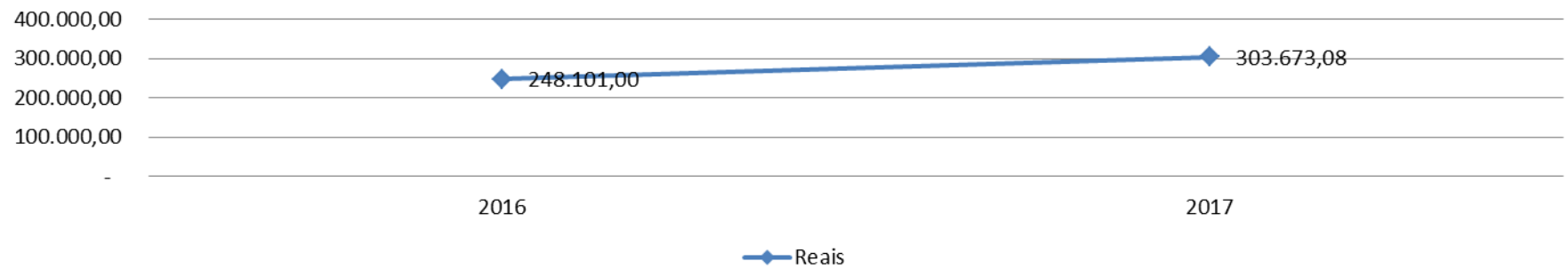
14 a 19. Impressões, equipamentos de impressão e suprimentos (toner)

Indicador	2016	2017
14. Impressões de documentos totais (as impressões referem-se somente às cópias). Não há avaliação de impressões.	1.854.483	2.136.085
15. Equipamentos instalados (soma de copiadoras e impressoras)	1771	1762
16. Performance dos equipamentos instalados	1047,14	1212,31
17. Gasto com aquisições de suprimentos	617.025,66	242.797,09
18. Gasto com aquisição de impressoras	0,00	-
19. Gasto com contratos de <i>outsourcing</i> de impressão	248.101,00	303.673, 08

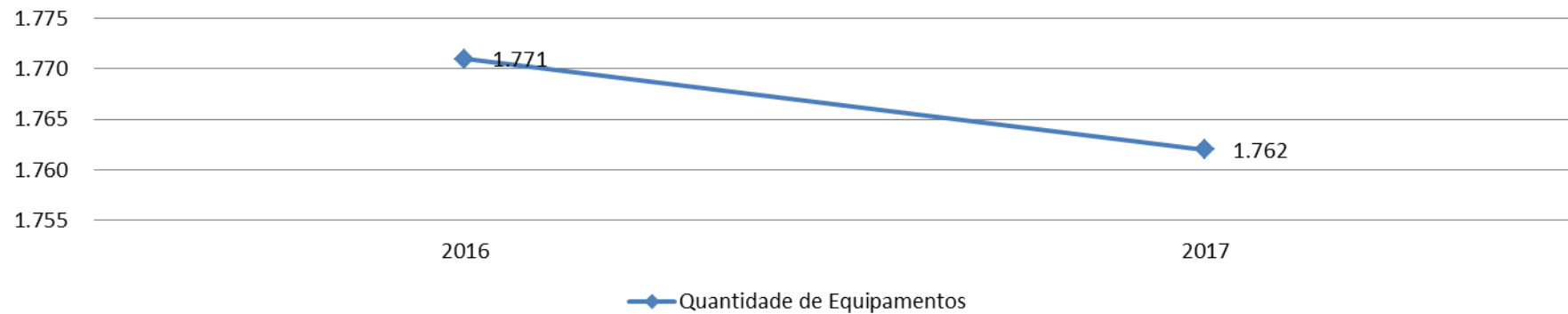
Gráficos: Impressões, Equipamentos de Impressão e Suprimentos (Toner) JFMG 2017



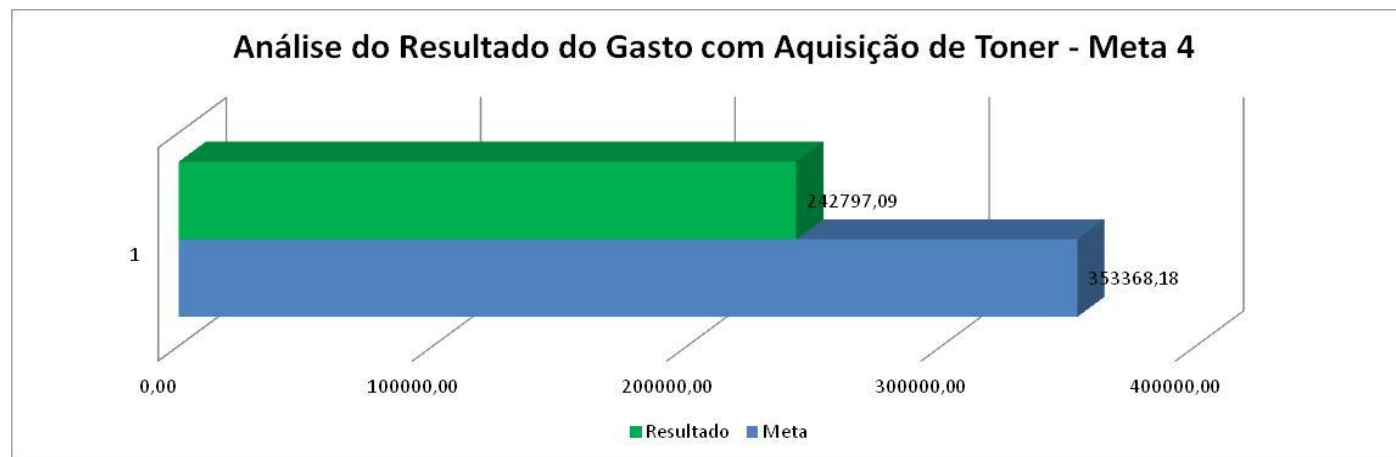
Gastos com contratos de terceirização de impressão



Quantidade de Equipamentos de Impressão



Análise dos resultados de 2017:



A meta de 20% de redução do consumo de cartuchos até 2020, em relação ao ano de 2016 (R\$ 371.966,50) foi alcançada. Houve uma redução de 34,73% em relação ao ano de 2016, já tendo sido superada a meta para o ano de 2020.

A redução do consumo de papel pode ter permitido a redução no gasto com suprimentos de impressão no ano de 2017.

Não há avaliação do número de impressões na JFMG, fato que deixou o indicador prejudicado. O número de equipamentos instalados se refere à soma de impressoras e copiadoras.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Avaliar a viabilidade de padronização do número de impressoras necessário a cada unidade.

TEMA 3 – TELEFONIA

META 5 – 8% de redução no gasto, em relação ao ano de 2016, até 2020

Ações propostas:

01. Acompanhamento de contratos. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação realizada. Os contratos são acompanhados periodicamente

02. Estimular uso de e-mail.

Concluída. Ação realizada. A campanha foi realizada por meio do envio de emails aos servidores e por meio de informações afixadas nos murais dispostos nos edifícios da seccional. As informações também foram disponibilizadas na Intranet.

03. Tecnologia VoIP. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação realizada. Devido a restrições orçamentárias não foi possível a expansão do número de ramais VoIP. Mas a tecnologia é empregada automaticamente nas ligações interurbanas, dentro da capacidade da rede, independente de a ligação ser efetuada pelo aparelho VoIP ou analógico.

04. Redução do quantitativo de ramais com acesso para ligações interurbanas e para celulares. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação realizada. Houve redução do acesso a ramais que realizam ligações interurbanas e para celulares no ano de 2016.

05. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional.

Cancelada. Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

06. Avaliar a possibilidade de aquisição de um software tarifador.

Ação realizada. O tarifador foi adquirido em 2017 e está em processo de implantação.

07. Propor meta de redução de consumo para as Subseções.

Ação não realizada. Será revista para o ano de 2018.

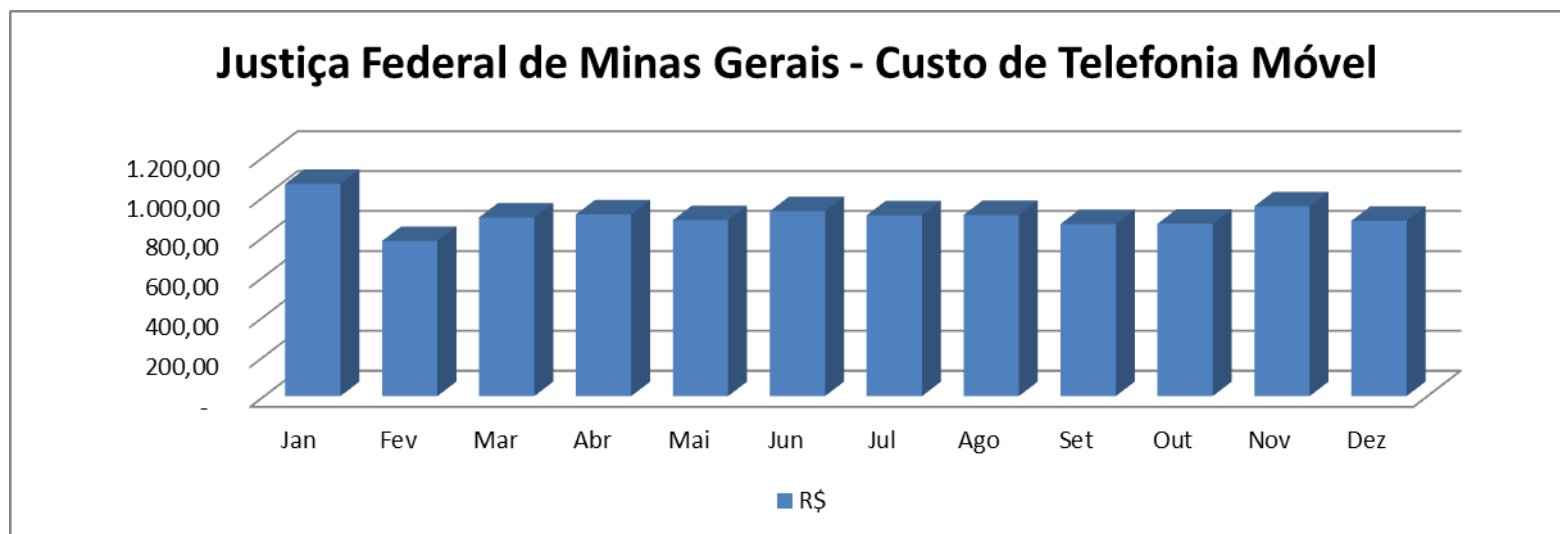
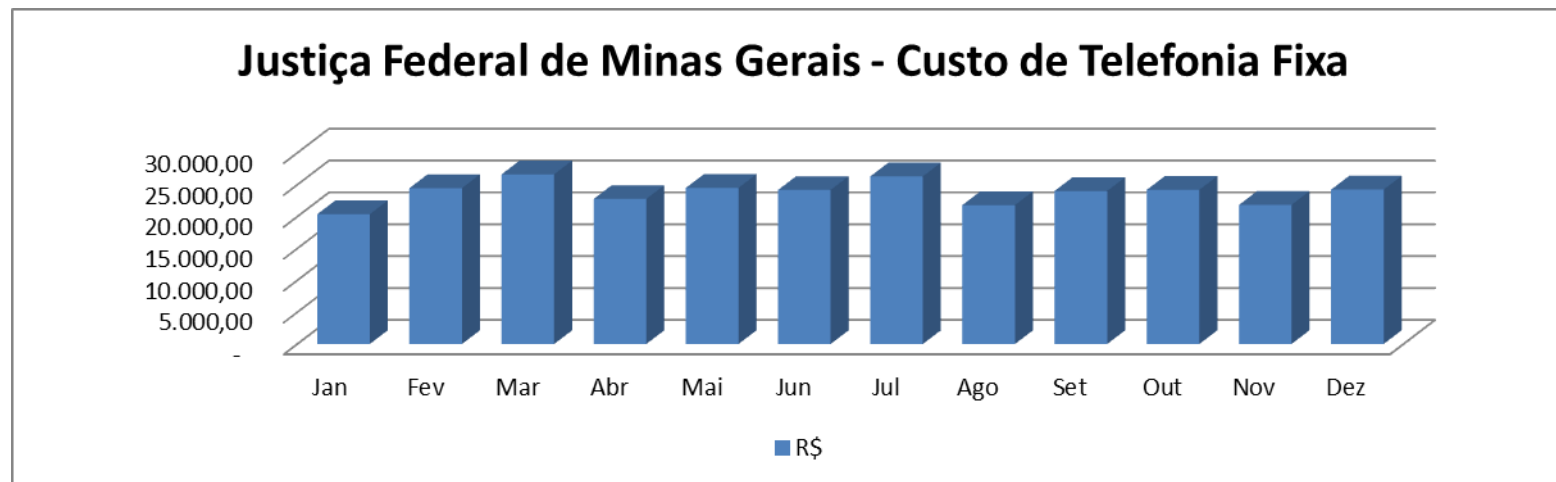
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 5 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 20 a 25 abaixo:

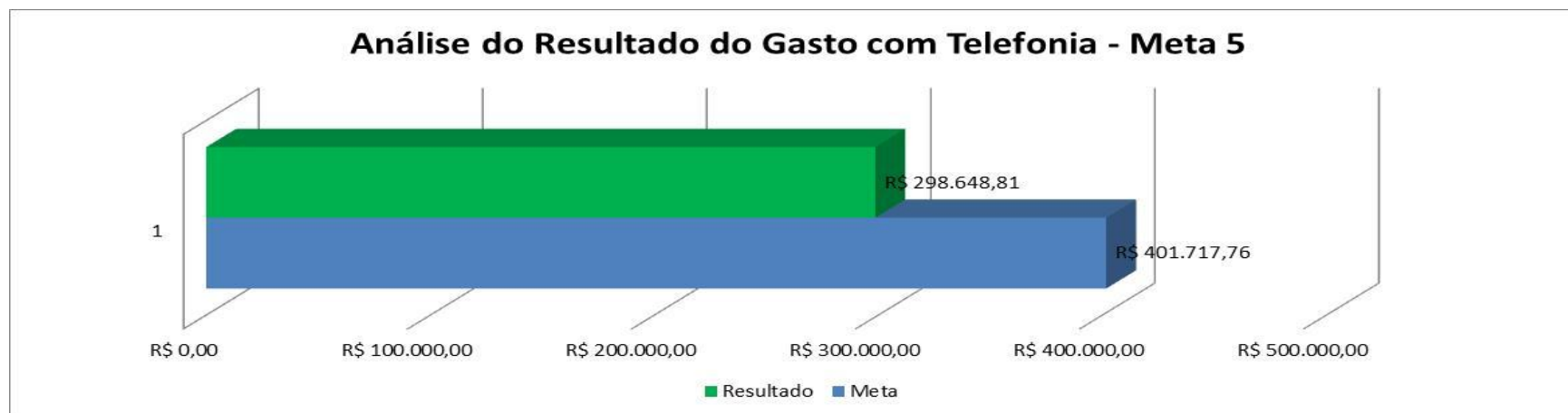
20 a 25. Gastos com telefonia fixa e móvel

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
20. Gasto com telefonia fixa	20.358,29	24.444,22	26.616,06	22.752,18	24.490,45	24.162,64	26.279,81	21.791,75	24.006,52	24.178,36	21.813,22	24.217,76	285.111,26
21. Linhas telefônicas fixas	1877	1877	1877	1877	1877	1877	1877	1877	1877	1877	1877	1877	22524
22. Gasto relativo com telefonia fixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,65
23. Gasto com telefonia móvel	1062,79	776,89	894,43	909,71	881,14	925,64	905,57	906,91	862,09	862,89	950,33	877,41	13.537,55
24. Linhas telefônicas móveis	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	420
25. Gasto relativo com telefonia móvel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32,23

Gráficos Telefonia Fixa e Móvel JFMG 2017:



Análise dos resultados de 2017:



A meta de 8% de redução no gasto, em relação ao ano de 2016 (R\$ 409.916,08), até 2020 foi alcançada. O valor da meta correspondente a 8% de redução totaliza R\$ 32.793,29, sendo que o gasto em 2020 deveria ser de R\$ 377.122,79. A meta foi alcançada em apenas 12 meses, já que o gasto do ano de 2017 foi de R\$ 298.648,81. Um percentual de redução em relação ao ano de 2016 de 27,14%.

A economia alcançada se deve ao bloqueio de ramais que realizam ligações interurbanas e para celulares e ao sistema VoIP, que é empregado automaticamente nas ligações interurbanas. O novo contrato realizado com as operadoras também favoreceu a queda dos gastos, já que foram negociadas melhores tarifas.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Implantação e operacionalização do tarifador adquirido no ano de 2017 para identificar o consumo individual das unidades, possibilitando maior controle sobre as ligações.

TEMA 4 – ENERGIA ELETRICA

META 6 – 10% de redução no consumo até 2020, em relação ao ano de 2015

Ações propostas:

01. Configurar impressoras e computadores em modo econômico. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação realizada. O Nutec realizou a configuração em modo econômico.

02. Campanha de conscientização sobre uso racional da energia elétrica. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação realizada. A campanha foi realizada por meio de visitas às Varas Federais para apresentação dos resultados alcançados com o PLS de 2016.

03. Implantar iluminação LED. (Prazo: 2017)

Ação realizada. As lâmpadas fluorescentes foram substituídas em sua totalidade por lâmpadas de Led nas áreas comuns. Já as lâmpadas fluorescentes das unidades estão sendo trocadas por Led na medida em que queimam.

04. Reduzir quantidade de lâmpadas. (Prazo: 2016 – em andamento)

Ação realizada. Algumas lâmpadas foram retiradas das áreas comuns.

05. Destinar lâmpadas usadas. (Contínua)

Ação realizada. As lâmpadas são devidamente encaminhadas para descontaminação e destinação final adequada.

06. Redução de funcionamento do sistema de climatização. (Prazo: 2017)

Ação realizada. O sistema de climatização da seccional foi reduzido para o horário compreendido entre 12h00min e 18h30min.

07. Informar dados de consumo ao corpo funcional. (Prazo: 2017)

Ação realizada. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da Seção Judiciária de Minas Gerais.

08. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional.

Cancelado. Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

09. Revisar os quadros elétricos do ODC E do ERA, para que a iluminação possa ser individualizada (Prazo: 2017)

Ação parcialmente concluída. O projeto para reforma dos quadros elétricos foi contratado em 2017.

10. Revisar a iluminação das áreas comuns do ERA e ODC (Prazo: 2017)

Ação não concluída. Postergada para 2018.

11. Reforma e modernização do sistema de ar condicionado do ed. ERA (Prazo: 2017)

Ação não concluída. Postergada para 2018.

12. Fixar metas de redução de consumo para as Subseções (Prazo: 2017)

Ação não concluída. Postergada para 2018.

13. Orientar as subseções quanto ao descarte correto das lâmpadas (Prazo: 2017)

Ação não concluída. Postergada para 2018.

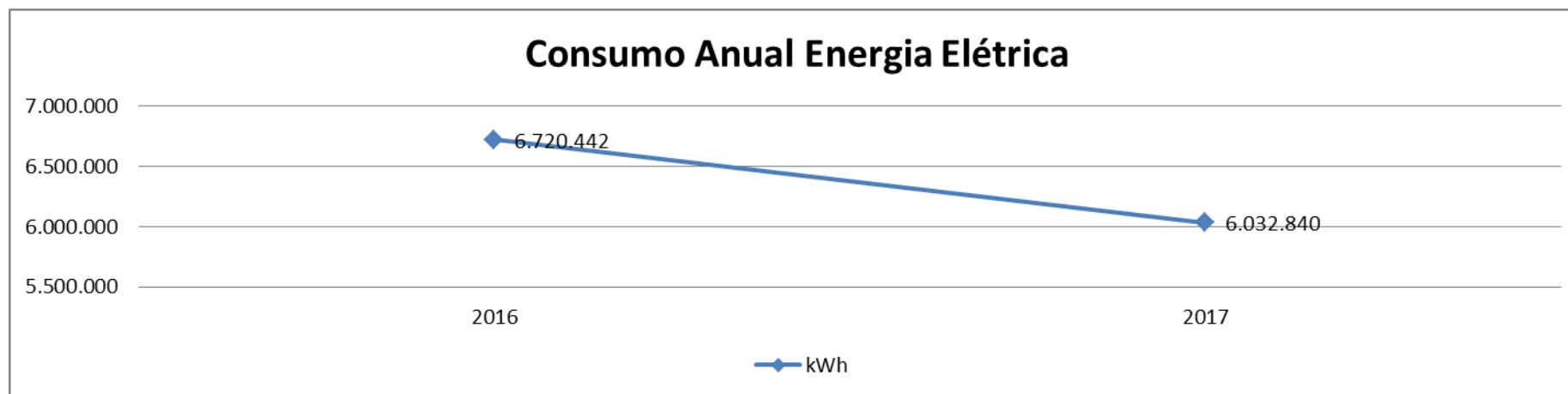
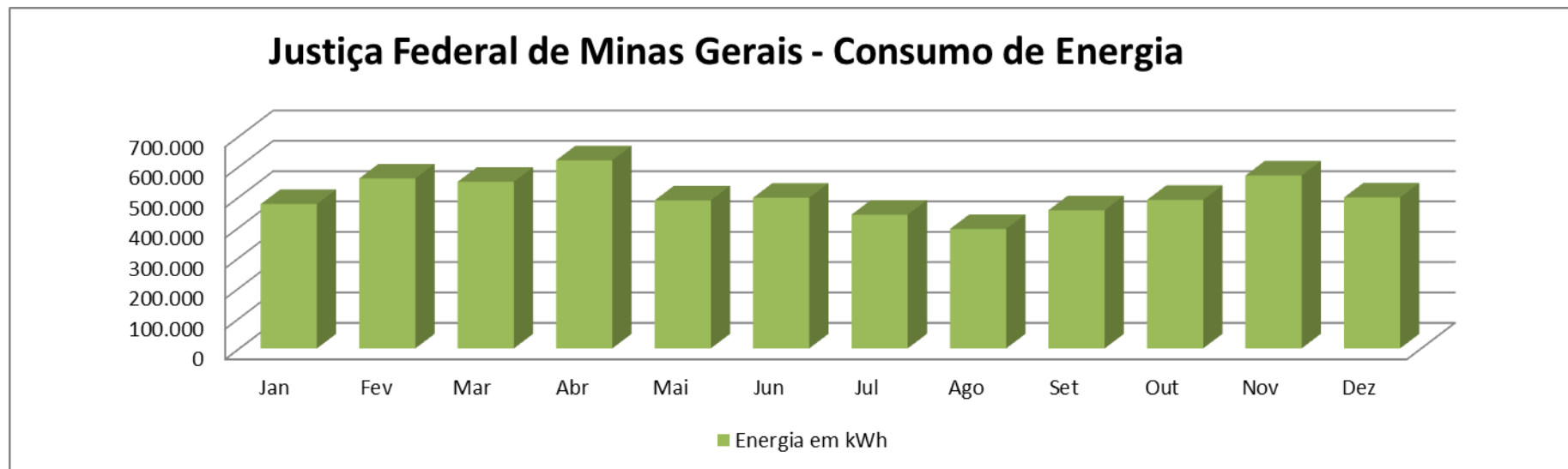
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 6 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 26 a 29 abaixo:

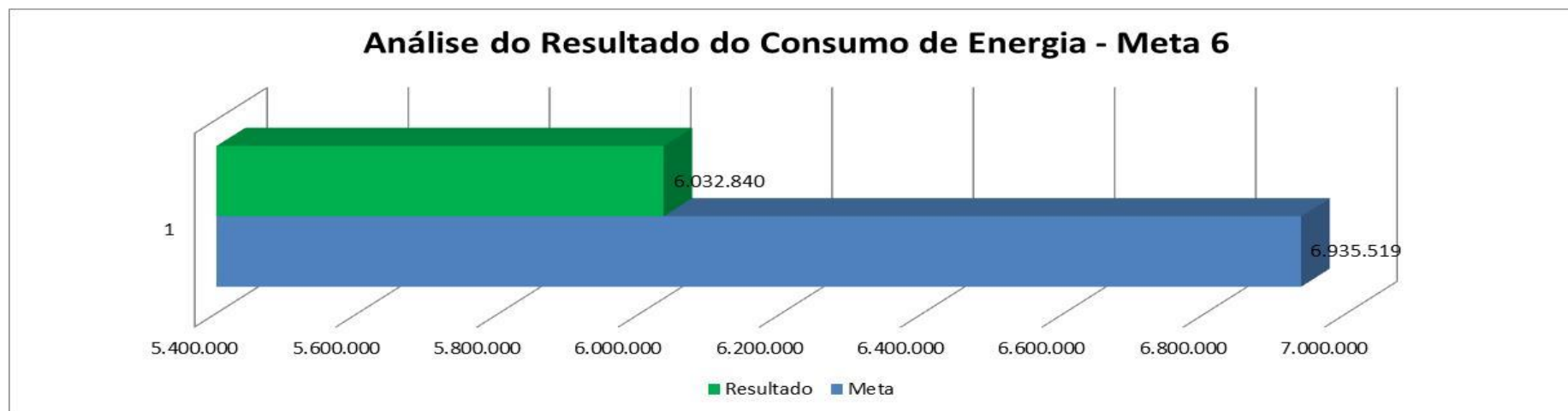
26 a 29. Consumo e gasto com energia elétrica

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
26. Consumo de energia elétrica	475.300	560.043	548.760	619.855	487.558	496.443	440.672	393.600	455.100	489.112	569.428	496.969	6.032.840
27. Consumo relativo de energia elétrica - Anual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
28. Gasto com energia elétrica	307.558	360.937	372.114	441.298	313.231	342.813	292.885	267.386	310.330	332.104	383.362	334.586	4.058.610
29. Gasto relativo de energia elétrica - Anual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Gráficos Energia elétrica JFMG 2017



Análise dos resultados de 2017:



A meta de 10% de redução no consumo até 2020, em relação ao ano de 2015 foi alcançada.

A meta de 10% de redução de consumo de energia elétrica até 2020, em relação ao ano de 2015 (7.113.353 kWh), totaliza 711.335 kWh. No entanto, como esse valor deverá ser alcançado somente em 2020, dividiu-se o total a ser economizado por 4 anos, o que nós dá a meta anual de 177.833. Dessa forma, a meta para 2017 seria o ano de 2015 menos 177.833 kWh, o que corresponde a 6.935.519.

A economia em relação ao ano de 2015 foi de 13,01%, o que corresponde ao alcance da meta para o ano de 2020.

Medidas como a obra de climatização do edifício Oscar Dias Correa, com a troca do sistema de refrigeração, restrições no horário de funcionamento do sistema de climatização e a troca de lâmpadas fluorescentes por Led, contribuíram para o resultado alcançado.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Revisar os quadros elétricos dos edifícios ERA e ODC, para que a iluminação possa ser individualizada.

Revisar a iluminação das áreas comuns do ERA e ODC.

Fixar meta de redução de consumo de energia nas Subseções Judiciárias, sugerindo ações a serem implementadas.

TEMA 5 – ÁGUA E ESGOTO

META 7 – 15% de redução no consumo, até 2020, em relação ao ano de 2015

Ações propostas:

01. Instalação de descargas econômicas.

Concluído. Ação realizada. As descargas econômicas foram instaladas nos três edifícios da seccional.

02. Torneiras com redutores de pressão.

Concluído. Ação realizada. As torneiras com redutores de pressão foram instaladas nos três edifícios da seccional.

03. Normas para irrigação de jardins e lavagem de fachadas.

Concluído. Ação realizada. Houve alteração da periodicidade e utilização de equipamento apropriado para lavagem em comodato com a empresa terceirizada de conservação e limpeza.

04. Capacitação de terceirizados de limpeza e copa - Reciclagem. (Contínua)

Ação realizada. Com a inserção de novos produtos de limpeza é feito um treinamento para o uso correto do mesmo.

05. Campanha de conscientização sobre uso racional da água. (Prazo: 2017)

Ação realizada. A campanha foi realizada por meio de visitas às Varas Federais para apresentação dos resultados alcançados com o PLS de 2016.

06. Informar dados de consumo ao corpo funcional. (Contínua)

Ação realizada. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da Seção Judiciária de Minas Gerais.

07. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional.

Cancelado. Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

08. Avaliar a possibilidade de implantação de lavagem a seco dos veículos da SJMG em BH. (Prazo: 2017)

Ação não realiza. Postergada para 2018.

09. Propor meta de redução de consumo para as Subseções (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação não realiza. Postergada para 2018.

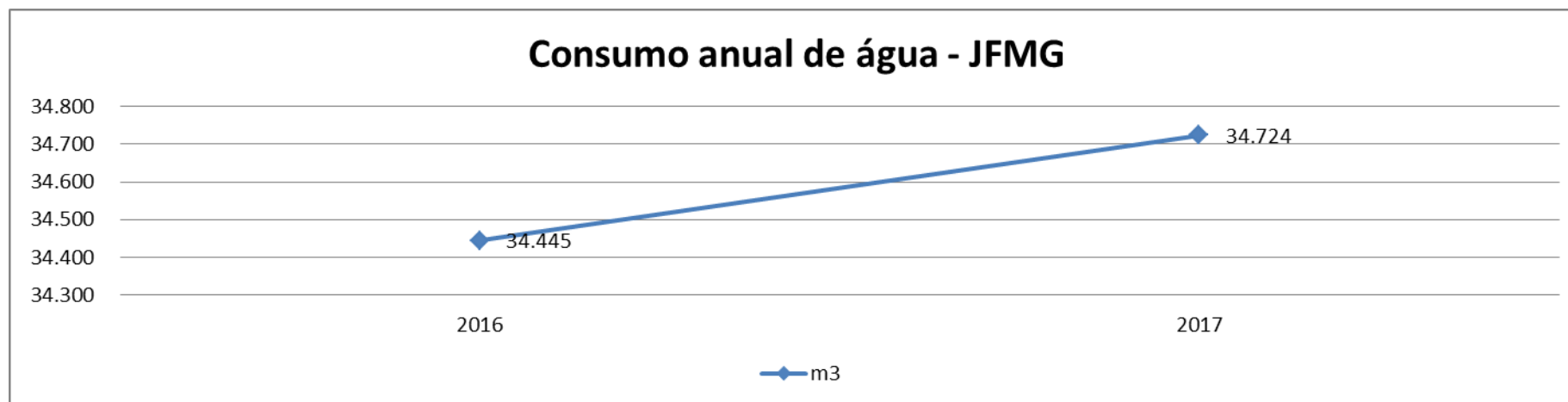
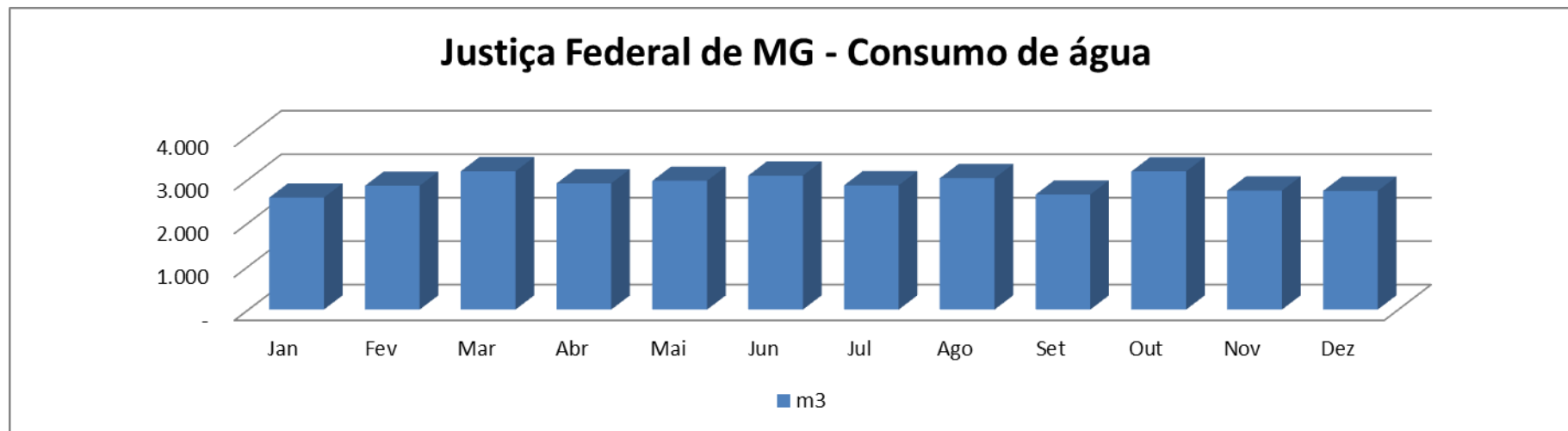
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 7 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 30 a 33 abaixo:

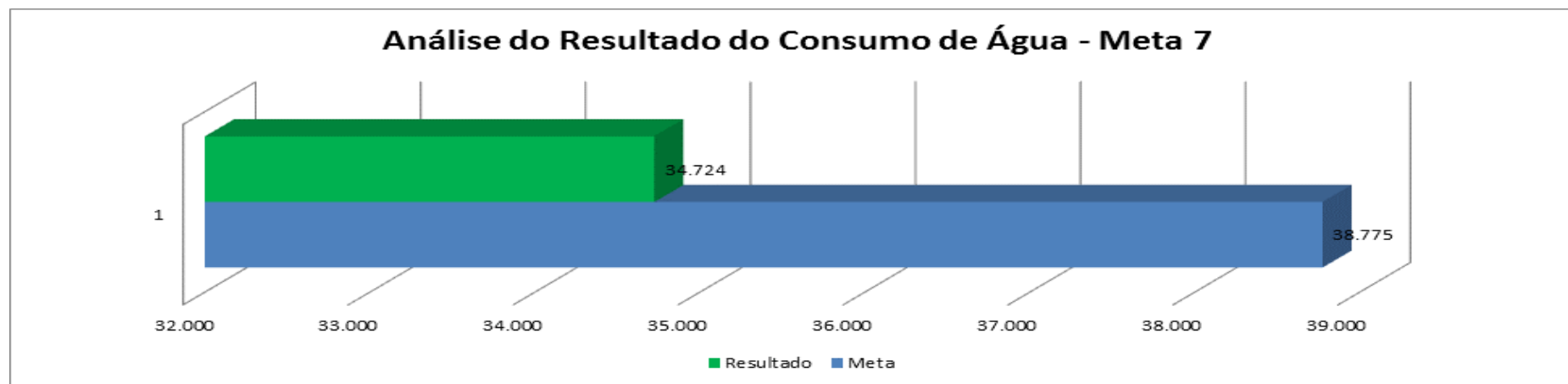
30 a 33. Consumo e gasto com água e esgoto

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
30. Consumo de água	2.576	2.849	3.182	2.904	2.963	3.081	2.857	3.021	2.646	3.179	2.736	2.729	34.724
31. Consumo relativo de água - Anual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
32. Gasto com água	33.728,37	37.499,61	42.896,50	38.310,52	37.475,30	40.446,13	36.150,32	39.875,84	35.851,89	42.471,68	37.743,91	39.910,90	462.361
33. Gasto relativo com água - Anual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Gráficos água e esgoto JFMG 2017:



Análise dos resultados de 2017:



A meta de redução do consumo de água para o ano de 2017 foi alcançada com sucesso. A meta seria de 38.775 e alcançou-se o resultado de 34.724, alcançando-se uma redução de 10,04% em relação à meta.

Medidas como campanhas de conscientização, a troca de descargas por sistema de duas fases, e instalação de redutores de pressão nas torneiras, possibilitaram o alcance da meta.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Fixar meta de redução de consumo de água nas Subseções Judiciárias, sugerindo ações a serem implementadas.

TEMA 6 – GESTÃO DE RESÍDUOS

META 8 – Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 20% ao ano até 2020, em relação a média dos 4 últimos meses de 2016

Ações propostas:

01. Estimular coleta seletiva nas Subseções, fixando um prazo para habilitação de cooperativa (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação não realizada. Postergada para 2018.

02. Fixar meta de destinação de resíduos para as Subseções (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação não realizada. Postergada para 2018.

03. Publicar cartilha da Coleta Seletiva (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação realizada. A elaboração da Cartilha da Coleta Seletiva foi concluída e a Cartilha foi enviada pelo e-mail institucional a todos os servidores e disponibilizada na página da Internet, no link da Sustentabilidade.

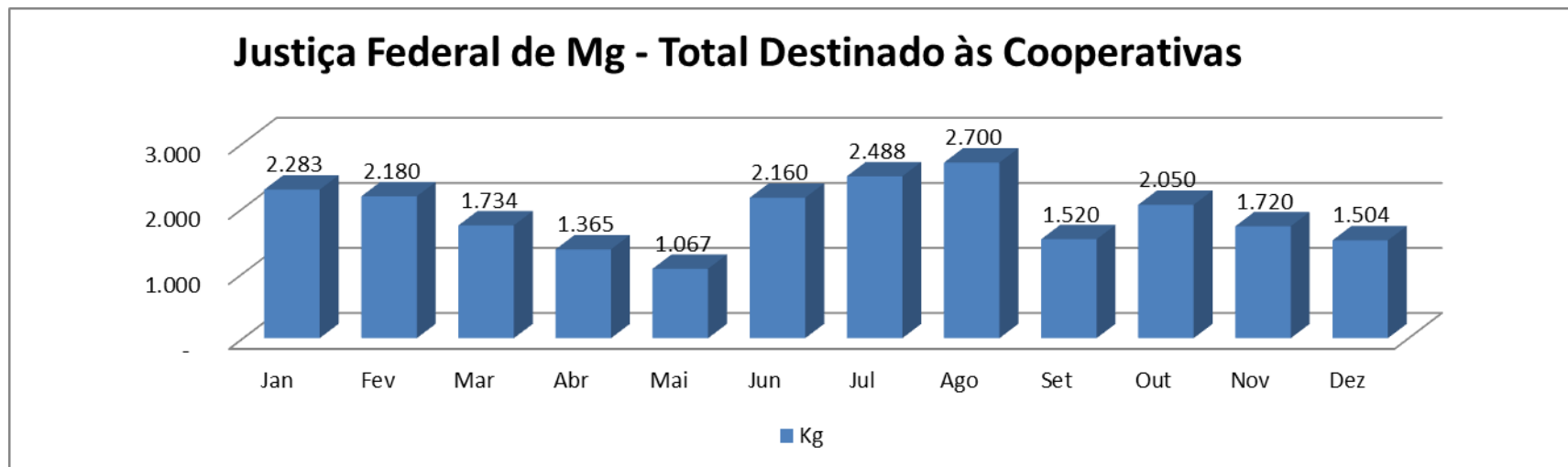
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 8 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 34 a 45 abaixo:

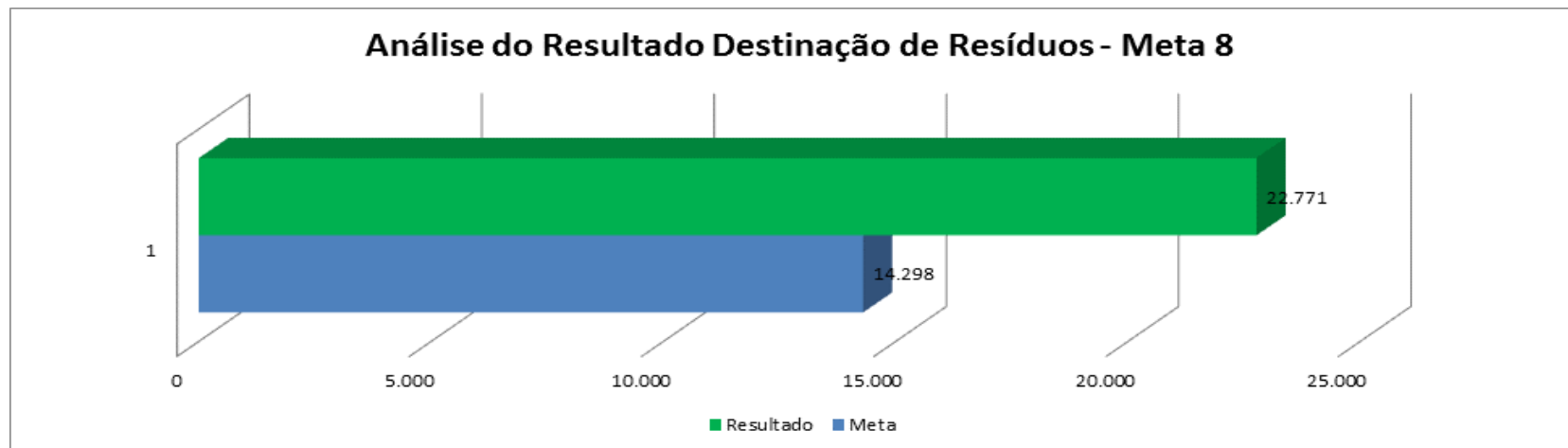
34 a 45. Gestão de Resíduos

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
34. Destinação de papel	1.759	1.696	1.388	1.033	816	1.682	2.003	1.406	333	315	349	177	12.957
35. Destinação de plástico	277	257	172	129	111	273	292	188	6	8	6	5	1.722
36. Destinação de metais	94	101	25	22	7	39	61	50	-	-	-	2	400
37. Destinação de vidros	-	-	3	-	-	2	-	-	-	-	-	-	5
38. Coleta Geral	154	126	146	182	134	164	132	1.056	1.181	1.728	1.365	1.320	7.688
39. Total de material destinado à reciclagem	2.283	2.180	1.734	1.365	1.067	2.160	2.488	2.700	1.520	2.050	1.720	1.504	22.771
40. Destinação de resíduos de informática	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	4
41. Destinação de suprimentos de impressão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
42. Destinação de pilhas e baterias	2	-	9	18	-	1	-	220	-	-	-	358	608
43. Destinação de lâmpadas	59	39	27	321	56	122	42	99	43	79	55	168	1.110
44. Destinação de resíduos de saúde	7,7	2,9	-	10,9	7,7	6,5	7,5	7,0	3,5	5,3	3,7	3,0	66
45. Destinação de resíduos de obras e reformas	50	25	60	30	90	70	90	10	-	15	15	1.430	1.885

Gráficos Gestão de Resíduos JFMG 2017:



Análise do indicador:



A destinação de resíduos foi ampliada em 2017. Houve um aumento de 67, 21% em relação ao total destinado no ano de 2016.

Esse resultado deve-se, principalmente às campanhas de conscientização, com visita às Varas Federais para divulgação dos resultados do PLS do ano de 2016, à divulgação da Cartilha de Coleta Seletiva e à distribuição de kits de coleta seletiva realizada no final do ano de 2016.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Reavaliar a qualidade dos resíduos que estão sendo destinados à cooperativa.
Realizar novos treinamentos visando à manutenção e aprimoramento da coleta.
Estimular coleta seletiva nas Subseções.

TEMA 7 – REFORMAS

META 9 – Ampliar para 100% a inclusão de critérios de sustentabilidade nas obras e reformas

Ações propostas:

01. Incluir critérios de sustentabilidade nas obras e reformas (Prazo: 2017).

Ação parcialmente realizada. Algumas obras e reformas já estão sendo licitadas com critérios socioambientais, tais como a separação e destinação de resíduos da construção civil, assim como questões de emprego de ex-presidiários, menores de idade, segurança e saúde do trabalho, entre outros.

- Houve a substituição dos pisos elevados de três pavimentos do edifício ODC, ao invés do empreiteiro descartar o material como entulho, foi feita a logística reversa com a venda dos pisos para uma fundição em São Paulo que recuperou o metal e destinou o resíduo do concreto;

- Finalização da obra de substituição do sistema de climatização do Ed. ODC, troca do sistema self-contained por VRF condensação a água e a ar. Uso de gás R-410a e sistema inverter, proporcionam menor impacto ambiental e economia de energia.

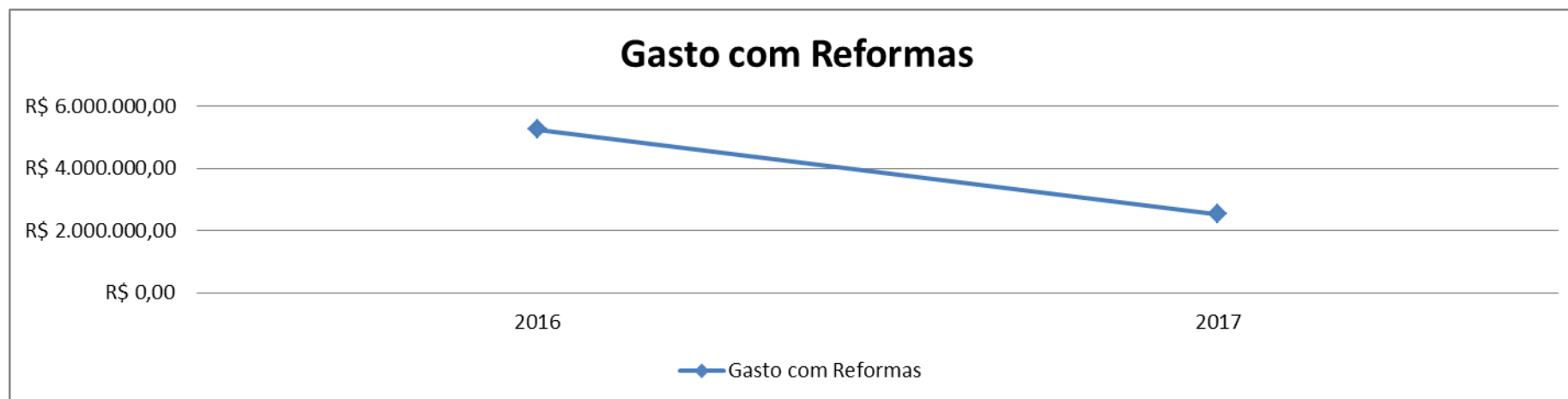
- Em obras menores são exigidos dos empreiteiros o canhoto das caçambas coletadas com o número de rastreamento exigido pela prefeitura.

Para o cumprimento da Meta 9 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 46 a 48 abaixo:

46 a 48. Reformas

Indicador	2016	2017
46. Gastos com reforma no período base	5.253.088,19	2.519.929,11
47. Gastos com reformas no período de referência	3.799.511,87	5.253.088,19
48. Variação dos gastos com reforma	38,32	52,03

Gráfico Reformas JFMG 2017:



Análise do indicador:

Houve, em relação aos gastos com reforma, uma variação negativa de 52,03% no ano de 2017, comparativamente ao ano de 2016. Essa variação pode ser resultado das restrições orçamentárias impostas para o ano em análise.

Os critérios socioambientais já constaram em algumas obras e projetos do ano de 2017, tais como:

- Houve a substituição dos pisos elevados de três pavimentos do edifício ODC, ao invés do empreiteiro descartar o material como entulho, foi feita a logística reversa com a venda dos pisos para uma fundição em São Paulo que recuperou o metal e destinou o resíduo do concreto;
- Finalização da obra de substituição do sistema de climatização do Ed. ODC, troca do sistema self-contained por VRF condensação a água e a ar. Uso de gás R-410a e sistema inverter, proporcionam menor impacto ambiental e economia de energia.
- Em obras menores são exigidos dos empreiteiros o canhoto das caçambas coletadas com o número de rastreamento exigido pela prefeitura.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Ampliar para 100% a inclusão de critérios de sustentabilidade nas obras e reformas

TEMA 8 – LIMPEZA

META 10 – Manter os gastos atuais com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações

Ações propostas:

10. Revisão dos contratos de terceirização. (Prazo: 2017)

Ação não concluída. Postergada para 2018

11. Capacitação de fiscais de contrato. (Prazo: 2017)

Ação realizada. A gestora do contrato de Belo Horizonte participou de capacitações em 2017.

12. Avaliar consumo ideal de insumos para limpeza (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação não concluída. Postergada para 2018

13. Produtos biodegradáveis (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação Concluída. Os Termos de Referência para a realização de novas licitações de conservação e limpeza possuem essa determinação.

14. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional (Prazo: 2017)

Cancelado. Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

15. Verificação das caixas individuais coletoras de papel (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação não realizada. Postergada para 2018.

16. Incluir nos contratos de limpeza a capacitação e sensibilização periódica das equipes de limpeza (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação Concluída. Os Termos de Referência para a realização de novas licitações de conservação e limpeza possuem essa determinação.

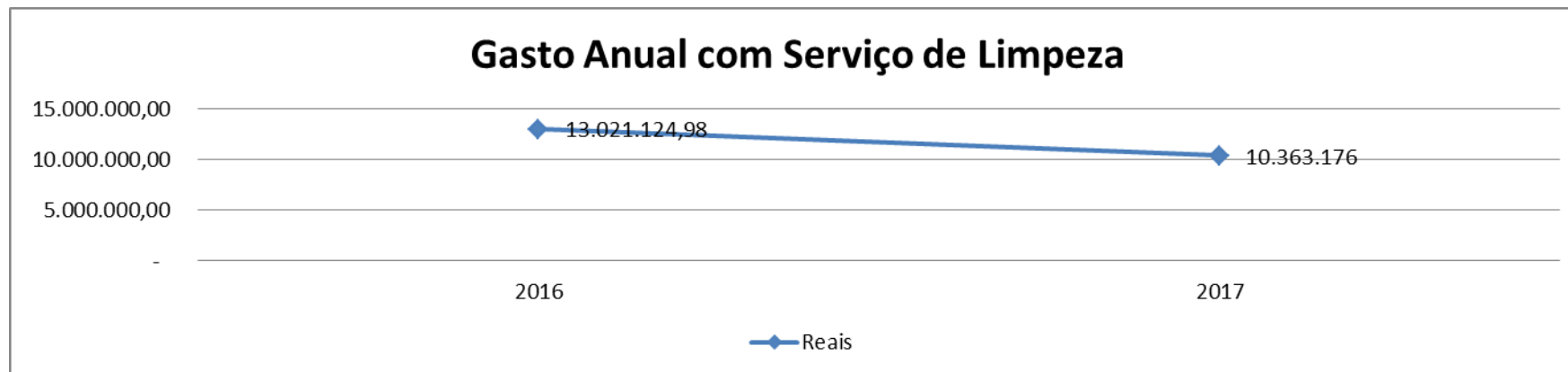
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 10 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 49 a 54 abaixo:

49 a 54. Limpeza

Indicador	2016	2017
49. Gastos com contrato de limpeza no período base	13.021.125,09	10.363.176
50. Área contratada	113.109,62	108.717,88
51. Gasto relativo com contratos de limpeza	115,12	95,32
52. Gastos com contratos de limpeza no período referência	12.394.480,99	13.021.125,09
53. Variação dos gastos com contratos de limpeza	5,05	5,06
54. Gasto com material de limpeza	Já incluído no valor total	Já incluído no valor total

Gráficos Contratos de limpeza JFMG 2017



Análise do indicador:

Devido às restrições orçamentárias impostas para o ano de 2017, não foram realizadas contratações com valores superiores ao praticado. Os custos com as repactuações foram observados.

A redução observada nos resultados deve ser observada com cautela, pois o dado referente à Seccional de Belo Horizonte para o ano de 2016 levou em consideração o valor total praticado pelo contrato, e não apenas o valor correspondente aos serviços de conservação e limpeza. Dessa forma, o valor do ano de 2016 foi superestimado.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Revisão dos contratos de terceirização;

Avaliar consumo ideal de insumos para limpeza.

TEMA 9 – VIGILÂNCIA

META 11 Manter os valores atuais do contrato, desconsideradas as repactuações, até 2020

Ações propostas:

17. Avaliar o contrato de terceirização e o quantitativo de mão de obra empregada. (Prazo: 2017)

Ação concluída. Foi avaliado o contrato, mas concluiu-se pela impossibilidade de redução no quadro.

18. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. (Prazo: 2017)

Cancelado. Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

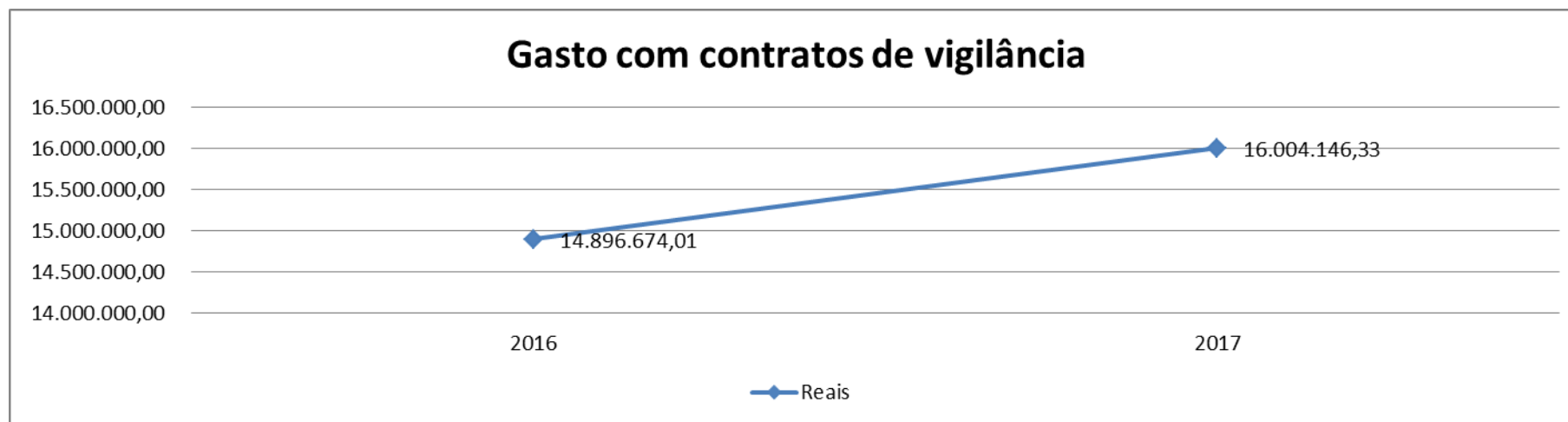
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 11 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 55 a 62 abaixo:

55 a 62. Vigilância

Indicador	2016	2017
55. Gastos com contrato de vigilância armada no período base	607.841,10	658.812,80
56. Quantidade de postos de vigilância armada	5	5
57. Gasto relativo com vigilância armada	121.568,22	131.762,56
58. Gastos com contrato de vigilância desarmada no período base	14.288.832,91	15.345.333,53
59. Quantidade de postos de vigilância desarmada	132	130
60. Gasto relativo com vigilância desarmada	108.248,73	118.041,03
61. Gasto total com contratos de vigilância no período de referência	14.896.674,01	16.004.146,33
62. Variação dos gastos com contratos de vigilância	17,57	7,43

Gráficos Contratos de Vigilância JFMG 2017



Análise dos resultados de 2017:

Devido às restrições orçamentárias impostas para o ano de 2017, não foram realizadas contratações com valores superiores ao praticado. Os custos com as repactuações foram observados.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Analisar a possibilidade de criação da central de segurança nas unidades

TEMA 10 – VEÍCULOS

META 12 - Diminuir em 10% o custo com a manutenção dos veículos da JFMG, até 2020, em relação ao ano de 2016

Ações propostas:

22. Redução dos custos com manutenção. (Prazo: 2017)

Ação realizada. Houve redução com os gastos de manutenção devido à redução da quilometragem.

23. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional.

Cancelado. Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

24. Analisar a viabilidade de criação de uma Central de Segurança e Transporte. (Prazo: 2017).

Ação não realizada. Será analisada novamente em 2018.

25. Redução da frota. (Prazo: 2017).

Ação não realizada. Será analisada novamente em 2018.

Indicadores:

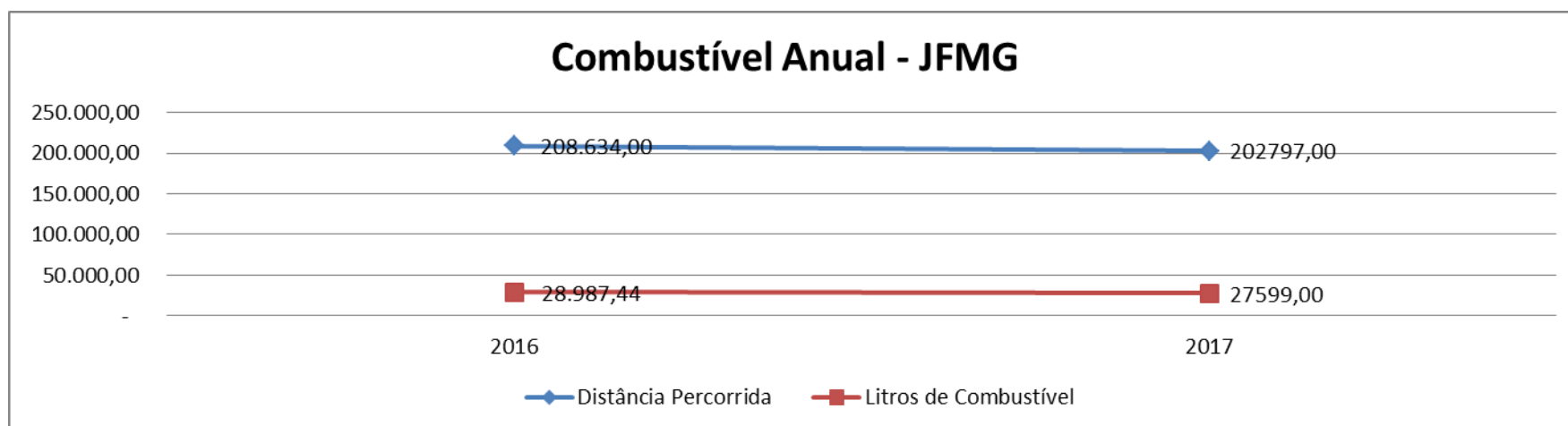
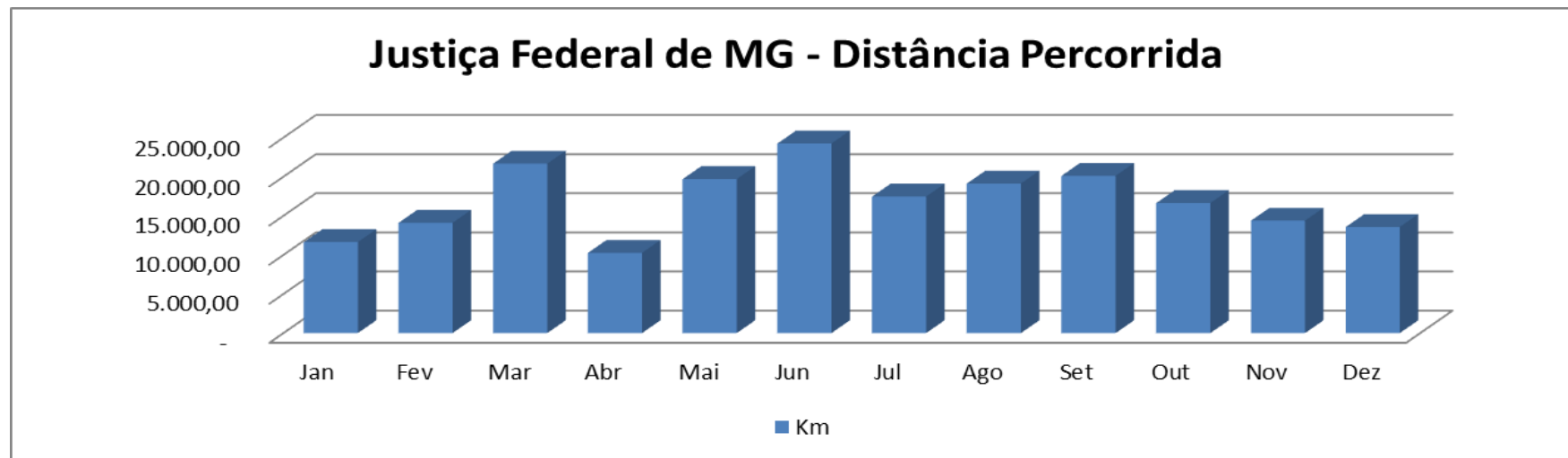
Para o cumprimento da Meta 12 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 63 a 79 abaixo:

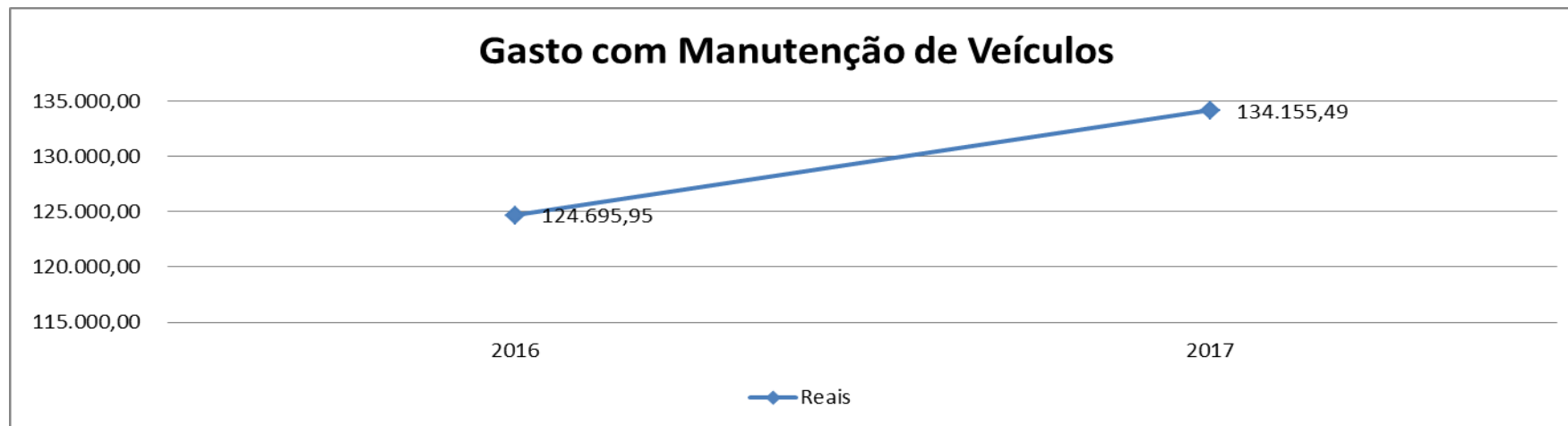
63 a 79. Veículos

Indicador	2016	2017
63. Quilometragem	208.634,00	202.797,00
64. Quantidade de veículos a gasolina	11	11
65. Quantidade de veículos a etanol	4	4
66. Quantidade de veículos flex	80	87
67. Quantidade de veículos a diesel	4	4
68. Quantidade de veículos a gás natural	0	0
69. Quantidade de veículos híbridos	0	0
70. Quantidade de veículos elétricos	0	0
71. Quantidade de Veículos	99	106
72. Quantidade de veículos de serviço	27	26

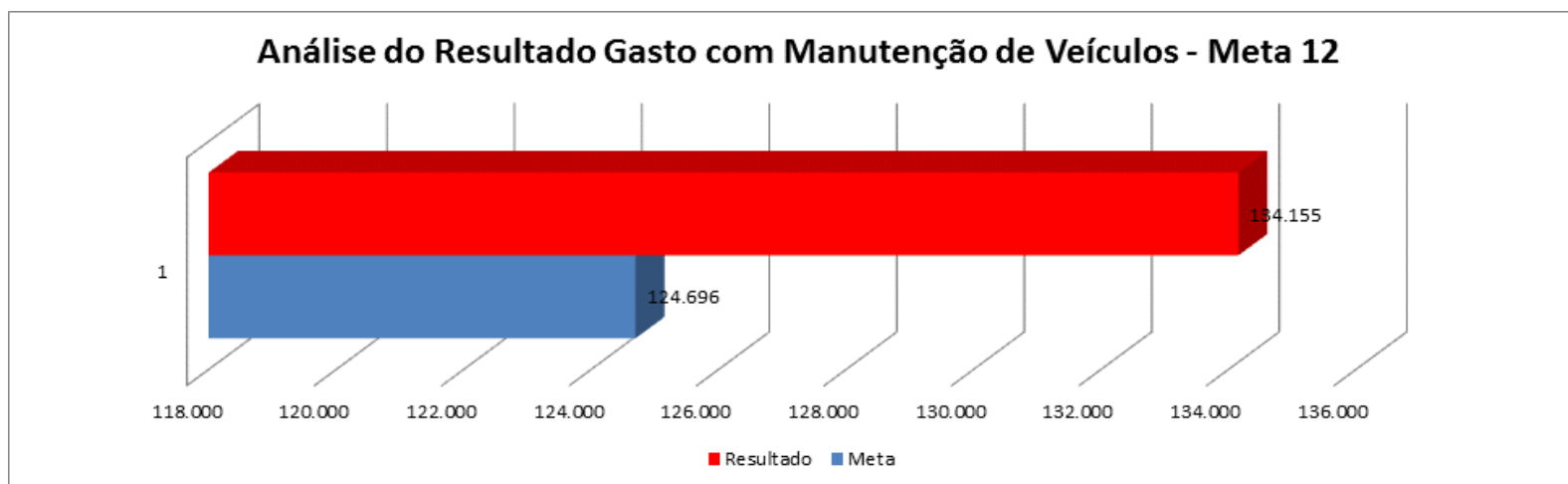
73. Usuários por veículo de serviço	71,1	73,5
74. Quantidade de veículos para transporte de magistrados	72	71
75. Usuários por veículo de magistrado		2,35
76. Gasto com manutenção de veículos	124.695,95	134.155,49
77. Gasto relativo com manutenção dos veículos	1259,56	1265,62
78. Gastos com contratos de motoristas	0	0
79. Gasto relativo com contrato de motoristas	0	0

Gráficos quilometragem JFMG 2017:





Análise dos resultados de 2017:



A meta para reduzir em 10% o custo com a manutenção dos veículos da JFMG, até 2020, em relação ao ano de 2016 não foi alcançada, pois houve um aumento de 7,05% em relação ao ano de 2015.

O aumento pode ser devido à aquisição de 7 carros na frota da Justiça Federal de Minas Gerais.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Avaliar a possibilidade de implementação de uma central de transporte

TEMA 11 – COMBUSTÍVEL

META 13 - Reduzir o consumo em litros em 5% até 2020, em relação a 2016

Ações propostas:

18. Avaliar a viabilidade de redução da cota de combustível/veículo

Concluído. Ação realizada. Foi avaliada, mas concluiu-se que não era necessária a modificação, já que o uso do combustível está muito abaixo do limite fixado pelo CJF

19. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional. (Prazo: 2016)

Cancelada. Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

20. Analisar a viabilidade de criação de uma Central de Segurança e Transporte. (Prazo: 2017).

Ação não realizada. Será analisada novamente em 2018.

21. Redução da frota. (Prazo: 2017).

Ação não realizada. Será analisada novamente em 2018.

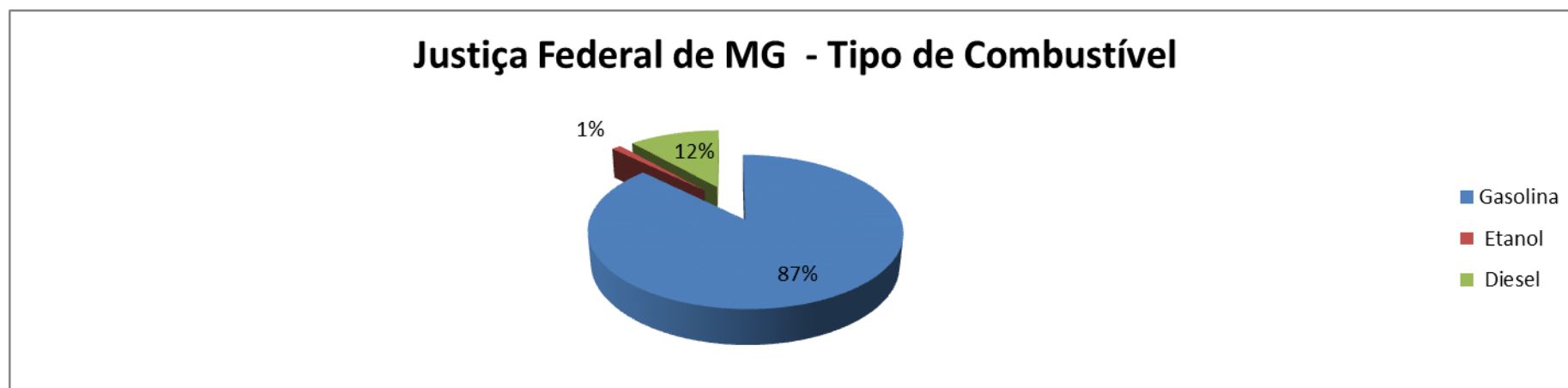
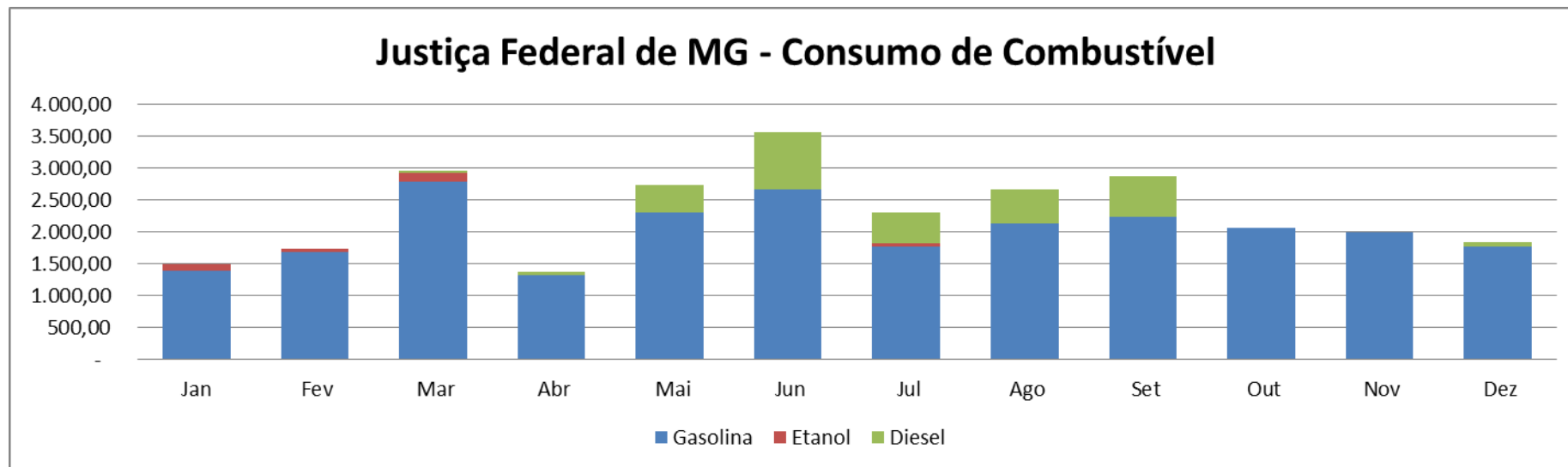
Indicadores:

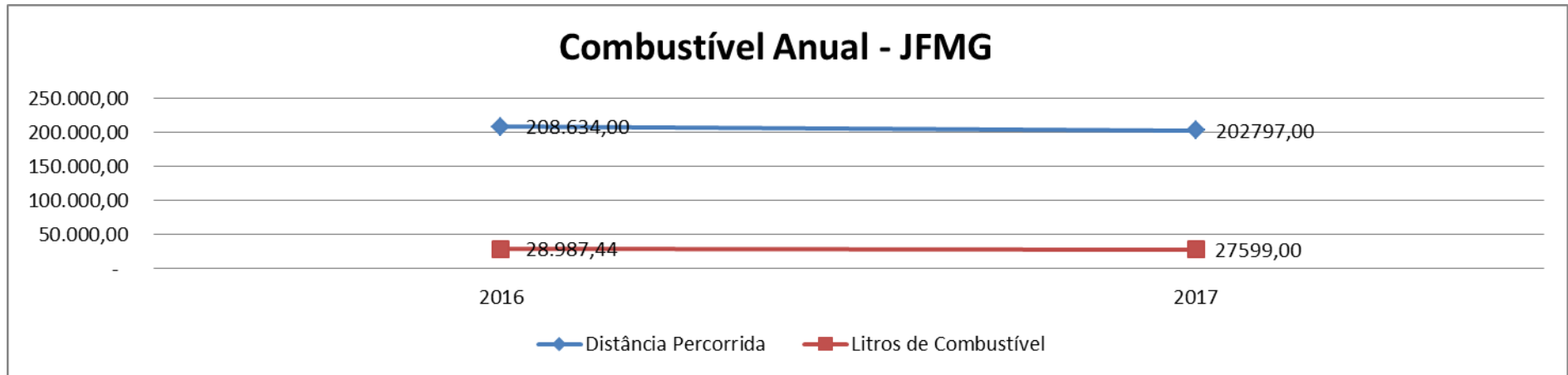
Para o cumprimento da Meta 13 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 80 a 86 abaixo:

80 a 86. Combustível

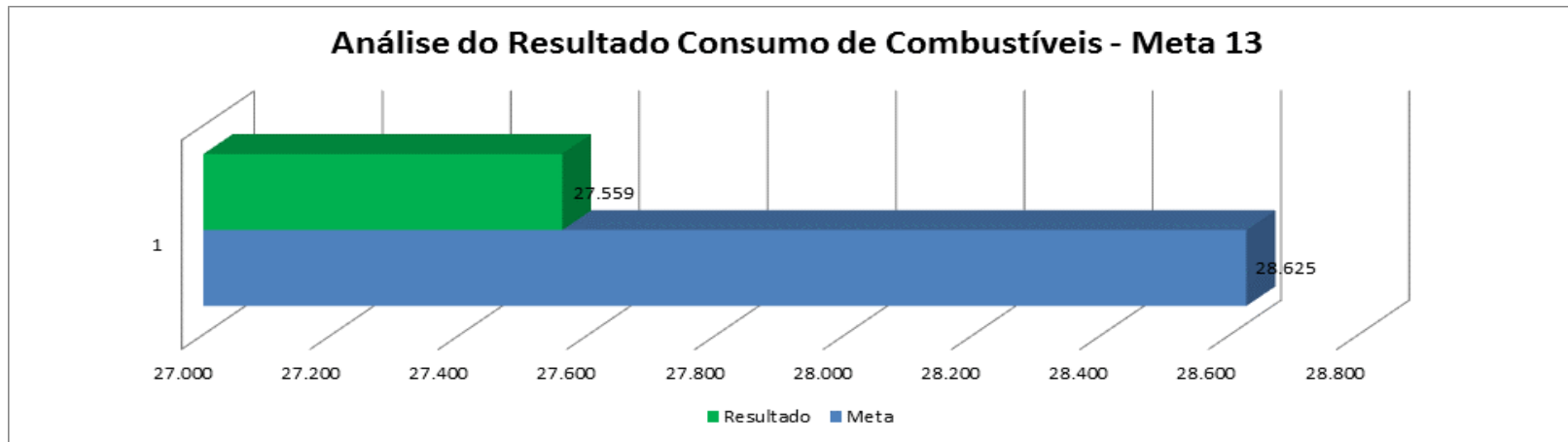
Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
80. Consumo de gasolina	1.381,48	1.680,00	2.792,42	1.315,49	2.298,21	2.673,50	1.774,05	2.125,24	2.239,32	2.059,30	1.989,19	1.761,86	24.090,06
81. Consumo de etanol	109,45	56,39	127,31	-	-	-	42,43	-	-	-	-	-	335,58
82. Consumo de diesel	0,00	0,00	47,60	61,62	443,84	891,14	485,54	537,15	626,39	0,00	0,00	80,82	3.174,10
83. Consumo de gás natural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
84. Cons. relativo de álcool e gasolina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85. Consumo relativo de diesel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
86. Cons.relativo de gás natural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Gráficos Combustível JFMG 2017:





Análise dos resultados de 2017:



A meta de redução do consumo de combustível em 5% até 2020, em relação a 2016, foi praticamente alcançada no ano de 2017. O consumo foi 4,79% menor em relação ao ano de 2016.

Houve uma pequena redução na quilometragem rodada, o que poderia explicar o menor consumo de combustível alcançado.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Avaliar a possibilidade de implementar uma central de transporte .

TEMA 12 – QUALIDADE DE VIDA

META 14 Ampliar em 10%, em relação ao ano de 2016, a quantidade de participações, até 2020

Ações propostas:

01. Ações ergonômicas

O Programa de Ergonomia, implantado na Sede da Seção Judiciária de Minas Gerais a partir de fevereiro de 2016, foi reformulado para contemplar todos os itens descritos no Plano de Logística Sustentável da Seccional, sendo implantado a partir de maio de 2016. A reformulação abrangeu todos os dados coletados no Censo em Ergonomia, realizado nos meses de fevereiro e março de 2016, de forma a não perder nenhuma informação de relevância para o Projeto.

No ano de 2017 foi implantada a Segunda Fase do Programa de Ergonomia da Seção Judiciária de Minas Gerais, visando garantir acompanhamento preventivo dos casos de maior risco para o desenvolvimento de doenças ocupacionais; proporcionar bem-estar e segurança aos magistrados e servidores; diminuir a fadiga e o stress causados por práticas anti-ergonômicas; e diminuir o absenteísmo causado por licenças médicas decorrentes de adoecimento mental e físico de origem laboral.

O Programa contemplou as seguintes frentes de atuação:

- a) Manutenção das visitas ergonômicas, pré-agendadas, nos postos de trabalho da Sede da Seção Judiciária de Minas Gerais (SMJG), por demanda coletiva ou individual, com o objetivo de gerenciar os riscos ergonômicos presentes no ambiente de trabalho, com correção de problemas identificados, de forma a garantir adequação e adaptação dos postos e sistemas de trabalho às pessoas. A iniciativa objetivou, ainda, o desenvolvimento de uma conscientização em ergonomia no ambiente laboral;
- b) Disponibilização de horários na agenda da médica do trabalho do NUBES para a marcação prévia de visitas de suporte à implantação da ginástica laboral nas varas/núcleos. As visitas foram agendadas mediante demanda coletiva, de forma a abordar a maior quantidade possível de magistrados e servidores por unidade de trabalho, e tiveram como objetivo capacitá-los sobre as formas corretas de realização dos alongamentos, favorecendo o bem-estar e qualidade de vida no trabalho. A iniciativa visou, ainda, auxiliar o (s) multiplicador (es) da vara/núcleo, mormente no que diz respeito ao esclarecimento de dúvidas porventura existentes sobre a execução dos protocolos de exercícios de alongamento repassados nos treinamentos de multiplicadores em ginástica laboral, realizados no ano de 2016;
- c) Disponibilização, aos participantes das visitas descritas nos itens a e b, de cópia dos exercícios de alongamento contidos na cartilha de ergonomia do TRF1, como estratégia para despertar o interesse pela implantação da ginástica laboral na unidade de trabalho, através da facilitação do acesso à informação;
- d) Confecção, pela Seção de Comunicação Social (SECOS), de cartazes contendo os alongamentos da cartilha de ergonomia do TRF1, para afixação em locais estratégicos da vara/núcleo visitada, para incentivo à realização da ginástica laboral;
- e) Realização de Reciclagem das Turmas de Multiplicadores em Ginástica Laboral formadas em 2016, com o objetivo de firmar conhecimentos já repassados sobre a ginástica laboral e disseminar novos conhecimentos;
- f) Implantação na Seccional do Software de Pausas, cedido gratuitamente pela Seção Judiciária da Bahia e divulgado durante a Reciclagem dos Multiplicadores em Ginástica Laboral, realizada em 30 de junho. A ferramenta permite uma configuração personalizada, possibilitando que o usuário defina o tempo das pausas, a frequência com que ocorrem e quais atividades serão sugeridas na tela do computador, de acordo a necessidade de cada pessoa. Além de emitir sinais de alerta para beber água e dar dicas para digitar, sobre a forma correta de sentar etc., o Programa sugere alguns exercícios de ginástica laboral para ombros, braços, pescoço, costas, mãos e punhos;

- g) Elaboração do manual do usuário, visando auxiliar o corpo funcional na utilização das ferramentas contidas no software de pausas;
- h) Implantação da prática de meditação e ginástica laboral na Sede da SJMG, iniciativa bem-sucedida do Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial da SJMG, e posteriormente ampliada para todos os magistrados e servidores interessados da capital.

Seguindo a recomendação da médica do trabalho, ao final do ano, foram adquiridos, pela Justiça Federal de MG, apoios de punho e *mousepads* para todo corpo funcional ativo da Seccional, lotado na capital e nas 26 (vinte e seis) Subseções Judiciárias, além de 150 (cento e cinquenta) unidades de apoios de pés, a serem destinados aos magistrados e servidores avaliados previamente pela médica, a qual atestou a necessidade de sua disponibilização.

- Promover avaliação no local de trabalho, verificando mobiliário e equipamentos, fornecendo orientações aos usuários; (Contínua).

Ação concluída. Proposta de adequação de mobiliário, equipamentos e layouts, através das visitas ergonômicas aos postos de trabalho dos magistrados e servidores, mediante demanda e marcação prévia.

- Identificação, por unidade, do mobiliário inadequado para futuras destinações e substituições; (Contínua).

Ação concluída. A partir dos resultados das vistorias aos locais de trabalho das varas e núcleos, foi elaborado, pela médica do trabalho do NUBES, relatório sobre adequação do mobiliário utilizado pelo corpo funcional da Justiça Federal, sendo que, a partir desse documento, as inadequações identificadas foram destacadas como prioridade para futuras substituições, conforme disponibilidade orçamentária da União.

- Avaliar a adoção de critérios de ergonomia para aquisição de mobiliário; (Contínua)

Ação concluída. Foi elaborado um mini-guia de compra de mobiliário, destinado à Seção de Compras, baseado nas recomendações ergonômicas vigentes, visando dar suporte à aquisição dos novos mobiliários pela Administração.

- Estabelecer, em parceria com a SEFAS, ações de participação dos médicos nos treinamentos dos diretores de secretaria e núcleos e supervisores para sensibilização quanto à necessidade de participação do servidor nas ações do EPS, ergonômicas, entre outras; (Continua).

Ação realizada. Com o objetivo de ampliar a divulgação de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e a participação dos médicos nos treinamentos dos servidores, diretores de secretaria e núcleos, foi mantida a parceria entre o Núcleo de Bem-Estar Social e a Seção de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores, iniciada em maio de 2016.

Em junho de 2017, durante a realização do módulo II do curso de Gestão em Orçamento Público, a médica do trabalho do NUBES e a Supervisora da SEPSO explanaram sobre a implantação da 2ª Fase do Programa de Ergonomia na SJMG e esclareceram as dúvidas dos presentes quanto às atividades que o integravam. Posteriormente, foram realizados alongamentos de ginástica laboral com os participantes. Ainda no mês de junho, a médica assistente do NUBES, Dra. Monique Barreiros Vieira, participou do seminário de sustentabilidade promovido pela Seção, no qual tratou dos Exames Periódicos de Saúde (EPS), destacando a importância de sua realização e incentivando a participação do corpo funcional.

- Projeto para implantar ginástica laboral através da formação de servidores como multiplicadores; (Contínua)

Ação concluída. Implantação da Ginástica Laboral, com elaboração de material didático e treinamento de multiplicadores.

- Elaboração e acompanhamento do médico do trabalho, com 2 treinamentos no ano; (Contínua)

Ação Realizada.

- Divulgar a Cartilha de Ergonomia do TRF1. (Contínua)

Ação Realizada.

- Promover a formação e capacitação de multiplicadores em ginástica laboral nas Subseções Judiciárias de Minas Gerais (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação Concluída. A capacitação de multiplicadores em ginástica laboral nas Subseções Judiciárias foi realizada durante a Semana do Servidor Público, mais especificamente no dia 20 de outubro, da qual participaram apenas as subseções de Governador Valadares, Ipatinga e Teófilo Otoni, apesar de ter sido divulgado a todas as Subseções, inclusive mediante ofício da Juíza Federal Diretora do Foro, direcionado aos magistrados diretores das Subseções, encaminhado em 03/10/2017.

- Realizar reciclagem das turmas de multiplicadores em ginástica laboral formadas na Sede no ano de 2016. (Prazo: 2º semestre/2017).

Durante o Encontro de Gestores das Áreas Judicial e Administrativa da SJMG, com o tema Eneagrama: Liderança com Inteligência Emocional foi tratado, pela Supervisora da SEPSO, sobre a Reciclagem das Turmas de Multiplicadores em Ginástica Laboral, formadas em 2016, oportunidade em que os Diretores foram incentivados a indicar novos servidores para participação, de forma a auxiliar na efetiva implantação da ginástica laboral nas unidades de trabalho da Seccional.

- Implantar os softwares de pausas nos computadores dos magistrados e servidores interessados. (Prazo: 2º semestre/2017).

Ação concluída. O software de pausas foi apresentado aos multiplicadores de ginástica laboral da Sede da SJMG em 30/06/2017, durante a Reciclagem dos Multiplicadores em Ginástica Laboral, e a divulgação a todos os servidores sobre a disponibilidade da ferramenta foi realizada em 25/07/2017. Junto com a divulgação encaminhou-se o manual de utilização do software, elaborado pela SEPSO. Às Subseções Judiciárias o software foi apresentado no dia 20 de outubro, na capacitação realizada.

57. Atendimento de saúde

- Serviço continuado de atendimento médico a servidores e magistrados para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto a situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar do usuário. (Prazo: ação continua)

Ação concluída em 2016 e prevista novamente em 2018. Durante todo o ano é oferecido, de forma continuada, o serviço de atendimento médico a servidores e magistrados, para prestação de informação, orientação e apoio necessários

quanto às situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar do usuário.

58. Campanhas de Promoção da Saúde

- Ações com foco na promoção da Saúde, com a Vacinação H1N1 dos magistrados e servidores, medição de pressão arterial, ocular, glicose, acuidade visual, IMC (índice de massa corporal). (Prazo: ação contínua)

Ações concluídas e previstas novamente para o ano de 2018. A Campanha de Vacinação contra a Gripe Influenza H1N1 foi realizada na Capital em 27 de junho, e em 12 (doze) das 26 (vinte e seis) Subseções Judiciária de MG, utilizando recursos consignados no Orçamento da União, com exceção da Subseção de Sete Lagoas, cujos servidores e magistrados foram vacinados gratuitamente, através de parceria firmada com o Laboratório São Marcos. As demais Subseções não manifestaram interesse pela vacinação. Ao todo, foram aplicadas 737 (setecentas e trinta e sete) doses da vacina quadrivalente contra a gripe.

59. Ação de Saúde

- Ações com foco na prevenção de enfermidades; (Prazo: ação contínua)

Ação realizada.

- As campanhas são desenvolvidas ao longo do ano e destinadas a todos os servidores e magistrados, sendo: Dengue, Febre Chikungunya e Zika Vírus, Febre Amarela, Dia Mundial do Rim, Outubro Rosa, Novembro Azul, Câncer de Pele, Dia Mundial do Coração, Câncer Bucal, Abril Verde

Ação realizada. As campanhas de mobilização/conscientização, realizadas até maio de 2017, tiveram como temas a prevenção e controle da dengue, febre chikungunya, zika vírus e febre amarela. Na capital, os materiais informativos cedidos pela Secretaria de Estado de Saúde foram distribuídos ao longo das campanhas realizadas, os quais também foram encaminhados às 26 (vinte e seis) Subseções Judiciárias de Minas Gerais, via malote.

No mês de abril foi realizado, na JFMG, o evento Abril Verde, objetivando colocar em pauta o tema segurança e saúde do trabalhador, com vistas à redução dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, sendo o mês escolhido em virtude da instituição, pela Organização Internacional do Trabalho e pela Lei 11.121/2005, do dia 28 de abril como o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. Dessa forma, foi ministrada a palestra “Segurança e Saúde no Trabalho” pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho do Hospital Madre Teresa, Sr. Breno Magalhães, seguida da peça teatral “20 buscar”, apresentada pela Cia. de teatro da mesma Instituição.

Na Campanha do Câncer de Pele #ControleOSol, realizada no período de 08 de maio a 19 de junho, foram disponibilizados horários na agenda da Médica Assistente do Nubes, especialista em dermatologia, para o cálculo do risco para o desenvolvimento do câncer de pele, exames clínicos e esclarecimentos de dúvidas mais frequentes. Ao final das consultas foram distribuídas amostras de protetores solares para cada tipo de pele, cedidas por patrocinadores.

No período de 02 de agosto a 11 de setembro foi realizada a Campanha do Rim, com foco na relação entre doença renal e obesidade, quando foram disponibilizados horários na agenda da médica nefrologista substituta do NUBES, para a triagem do risco de doença renal no corpo funcional da JFMG. Na oportunidade, foi utilizado o disco de cálculo do índice de massa corporal (IMC), cedido pela Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN), e aferida a medida de circunferência de cintura dos magistrados e servidores, visando à verificação do risco de complicações metabólicas associadas à obesidade. Além disso, foram realizados exames clínicos, com análise, diagnóstico, indicações de tratamentos da doença, esclarecidas as dúvidas mais frequentes, avaliados exames prévios e solicitados exames complementares de acordo com a necessidade de cada paciente. Ao final das consultas foram distribuídas garrafinhas de água cedidas pelo Laboratório São Marcos, credenciado do Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau da Primeira Região - PRO-SOCIAL, para estímulo à hidratação corporal e manutenção da saúde renal.

Na Campanha “Mês do Coração: Como está o seu Colesterol?”, realizada no período de 18 de setembro a 22 de novembro, foram disponibilizados, pelo Consultório Médico Assistencial do Núcleo de Bem-Estar Social (NUBES), horários para o agendamento de consultas com a médica cardiologista. Através da estratificação do risco de desenvolvimento das Doenças Cardiovasculares (DCV) a médica pôde propor medidas preventivas ao corpo funcional atendido, como orientações para a mudança no estilo de vida, incluindo o estímulo à prática de exercícios físicos e ao consumo de alimentos mais saudáveis, além de propor intervenções farmacológicas, quando necessário. A realização da campanha favoreceu a identificação dos fatores de risco presentes em cada paciente, tais como hipertensão arterial, diabetes mellitus, sedentarismo, arritmia, dentre outros, e a intervenção personalizada para evitar o surgimento futuro de doenças do coração.

60. Ações de bem-estar social e qualidade de vida

- As ações são realizadas ao longo do ano e são destinadas a todos os servidores e magistrados, sendo: Semana da Mulher, Semana do Homem e Semana do Servidor Público (Prazo: 2017)

Em março de 2017, do dia 27 ao dia 30, foi realizada a Semana Comemorativa do Dia Internacional da Mulher, com o objetivo de proporcionar a sensação de valorização e bem-estar no trabalho às magistradas e servidoras, através da disponibilização de serviços destinados ao relaxamento e à saúde da mulher. O evento contemplou atividades que priorizaram a saúde física e mental feminina, além de cuidados pessoais. Foram oferecidos atendimentos de cuidados com a pele; dermoanálises faciais e peeling de cristal; oficina de plantio em espaços alternativos; massagens relaxantes; análises capilares e SPA das mãos; dicas de automaquiagem e workshop de arteterapia. Além disso, foram disponibilizadas palestras para a discussão de temas como saúde financeira, saúde e sexualidade da mulher nas diversas etapas da vida e roda de conversa sobre os impactos da reforma da previdência sobre a vida das mulheres.

A Semana do Homem foi realizada no período de 10 a 13 de julho, quando foram disponibilizados serviços destinados ao relaxamento e à saúde do homem. Durante o evento foram oferecidos atendimentos dermatológicos, fisioterápicos e nutricionais; auriculoterapia; treinamento de massagem cardíaca; massagens relaxantes; análises capilares; workshop de preparação de churrasco; bem como palestras sobre saúde financeira e sobre saúde e sexualidade do homem.

No período de 16 a 20 de outubro, magistrados e servidores participaram de várias atividades programadas em comemoração à Semana do Servidor Público. A programação abrangeu exames médicos (teste de acuidade visual e visão de cores, aferição de pressão intraocular, glicose, pressão arterial, peso, altura e cálculo do índice de massa corporal); palestras diversas sobre saúde e bem-estar (“Bruxismo”, “Estresse e Qualidade de Vida”, “Adoecimento Mental na JFMG”, “A Fonte da Riqueza” e “Etiqueta Corporativa”); atendimentos fisioterápicos; massagens relaxantes com pedras quentes; tuiiná facial; oficina de técnicas de plantio de hortas comunitárias; rodas de conversa sobre nutrição comportamental; drenagens faciais com pedras selenitas; laserterapia e aplicação de máscara de pedras preciosas; dicas de automaquiagem para a área dos olhos; análises capilares e SPA para as mãos; e avaliações corporais com bioimpedância. Por fim, foi realizada capacitação para formação de multiplicadores em ginástica laboral nas Subseções Judiciárias de Minas Gerais, responsáveis por disseminar o conhecimento sobre a ginástica laboral e formas de realização em sua unidade de trabalho, os quais serão, ainda, responsáveis por auxiliar os colegas na utilização do software de pausas, já em funcionamento da Sede da SJMG.

61. Exames Periódicos

- Os Exames Periódicos de Saúde buscam acompanhar o estado de saúde dos servidores e magistrados e detectar precocemente o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho ou não. (Prazo: ação contínua)

Ação concluída. Objetivando aumentar a adesão dos magistrados e servidores aos Exames Periódicos de Saúde, oferecidos pela Justiça Federal, foi elaborado o projeto “De Bem com o EPS” visando ampliar sua divulgação e favorecer a detecção precoce de doenças, relacionados ou não ao trabalho, por meio de exames clínicos. Foram confeccionados chamativos mensais para utilização nos convites do EPS, realizados via email, de forma a ampliar o conhecimento sobre os exames preventivos e estimular a participação dos magistrados e servidores.

62. Programa Saúde Bucal e Mental em Foco/EPS

- A ação visa realizar o encaminhamento de pacientes que finalizaram o EPS para realizar a profilaxia, orientar e responder questionamentos de usuários e obter informações referentes aos problemas de causa odontológica. (Prazo: Contínua)

Ação concluída. A Campanha de Prevenção do Câncer Bucal foi realizada no consultório odontológico do Nubes, no período de 24 de outubro a 24 de novembro, e teve como objetivos favorecer o diagnóstico precoce da doença através da realização de exames bucais e identificação de possíveis lesões e fatores de risco; orientar os magistrados e servidores sobre os cuidados com a saúde bucal; e reduzir a taxa de absenteísmo decorrente de doenças bucais e/ou dentárias. Para isso, foram disponibilizados horários na agenda da Odontóloga Assistente do Núcleo, para a realização de exames bucais focados na avaliação de mucosas e para orientações sobre a manutenção de uma boa saúde bucal, sendo que os casos com alterações identificadas foram encaminhados para acompanhamento e tratamento em rede especializada.

63. Programa Saúde Bucal e Mental em Foco

- A ação visa realizar o encaminhamento de pacientes que finalizaram o EPS para realizar a profilaxia, orientar e responder questionamentos de usuários e obter informações referentes aos problemas de causa odontológica; A ação visa realizar o encaminhamento de pacientes dos Consultórios Assistencial e Odontológico ao Consultório Psicológico, para orientação e encaminhamento para tratamento, caso necessário. (Prazo: Contínua)

Ação concluída. Mantendo o foco de atendimento integral aos pacientes do EPS, o projeto contemplou, ainda, o encaminhamento de pacientes dos Consultórios Assistencial e Odontológico ao Consultório Psicológico, de acordo com a demanda identificada pelos profissionais, para orientação e encaminhamento para tratamento especializado, caso necessário.

Também houve a divulgação dos serviços prestados pelo consultório de Psicologia do NUBES, com disponibilização de atendimentos presenciais, nos quais são oferecidas orientações voltadas para temas como: idosos acometidos por perda de funcionalidades, crianças com alterações mentais e comportamentais, famílias com portadores de sofrimento mental, usuários de álcool e outras drogas; Houve abordagem com foco nos beneficiários do PRO-SOCIAL, com divulgação do perito auditor do Consultório Psicológico como articulador entre a rede credenciada e os beneficiários do Programa, de forma a facilitar o acesso à rede de saúde mental credenciada; Divulgou-se a rede credenciada do Programa nas áreas de Psicologia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia; e foi elaborada e divulgada Cartilha de Saúde Mental contendo conceitos básicos de equilíbrio emocional, saúde preventiva e bem-estar.

64. Incentivo a boas práticas

- Incentivar práticas sustentáveis e colaborativas, reconhecendo e premiando unidades de melhor desempenho dentro da Campanha de Consumo Consciente; (Prazo: 2º semestre/2017)

Não realizada, reavaliada para 2018.

- Trocar experiências com outros órgãos para intercâmbio de boas práticas. (Prazo: 2º semestre/2017)

Ação realizada. Participação em seminários e oficinas organizadas pelo TRE/MG e pelo STJ.

65. Inclusão de pessoas com deficiência

- Manter as políticas de inclusão para pessoas com deficiência. (Prazo: ação contínua)

Ação realizada. Manutenção do contrato de digitação com a Federação de Surdos e Mudos e realização de obras para adaptação de banheiros.

66. Saúde financeira

- A ação promove a educação financeira por meio de palestras com orientações; (Prazo: Contínua)

Ação concluída. Palestras sobre saúde financeira durante a realização da semana do homem e da semana da mulher.

- Buscar o estímulo do uso racional dos recursos financeiros e necessidade de se identificar e separar os hábitos que geram equilíbrio dos hábitos que geram desequilíbrio financeiro. (Prazo: 2º semestre/2016)

Ação concluída.

67. Projeto Cinco Sentidos

- Projeto que visa parcerias entre instituições sociais e servidores da Justiça Federal, que queiram trabalhar como voluntários (Prazo: 2017)

Ação concluída. O Programa Justiça Solidária Cinco Sentidos, elencado no PAe SEI 0009717-10.2017.4.01.8008, é uma iniciativa da Diretoria do Foro e foi implementado visando promover o voluntariado, a humanização e o olhar social na Seccional, considerando a importância de efetuar atos de solidariedade em prol das comunidades menos favorecidas e das pessoas de maior vulnerabilidade social. O Programa objetiva trazer uma modificação, reflexão e melhoria da qualidade de vida do público-alvo beneficiado diretamente com as ações sociais efetuadas; assim como, também, promover uma interação humana que possa transformar de modo positivo quem faz a intervenção social, magistrados e servidores voluntários, e quem a recebe, a comunidade.

O referido Programa também gera impacto sobre o clima organizacional e as relações interpessoais de trabalho, tendo em vista que promove maior convivência dos voluntários, motivando-os a se tornarem multiplicadores de ações de solidariedade. O Programa Cinco Sentidos abrange cinco frentes de trabalho, e as intervenções são baseadas na ação integrada e inovadora dessas frentes, assim nomeadas: Frentes Visão, Audição, Olfato, Paladar e Tato.

Todos os recursos financeiros para a consecução das ações de solidariedade do Programa foram oriundos da doação espontânea de servidores e magistrados em campanhas.

Em 2017, o Programa Justiça Solidária Cinco Sentidos empreendeu três ações principais:

- a) A comemoração do Dia das Crianças na Creche Santa Sofia, que atende crianças no Morro das Pedras, em Belo Horizonte, foi realizada no dia 16 de outubro, e contou com a participação dos servidores e magistrados voluntários do Programa. Estes realizaram contação de estórias, confecções de brinquedos de balões, brincadeiras, entrega de presentes e lanches, assim como promoveram um show de mágica.
- b) Em 12 de dezembro foi realizada a Festa de Natal para as crianças do abrigo Lar Cristão, localizado no bairro Braúnas, Belo Horizonte. O referido abrigo atende crianças de 0 a 7 anos, que estão sob medida protetiva. Magistrados e servidores voluntários organizaram uma festa de natal para as crianças, as quais receberam presentes, lanches e a visita do Papai e da Mamãe Noel (servidores usaram fantasias, tendo em vista atividade lúdica com as crianças).
- c) O Programa Cinco Sentidos também apoiou o Natal das crianças do CMAR (Comunidade de Moradores em Áreas de Risco e Anel Rodoviário), com doação de 450 sacolas surpresas para presentear 450 crianças na festa de natal. A festa foi realizada dia 16 de dezembro de 2017, na Praça da Estação, em Belo Horizonte. O Programa Justiça Solidária foi um dos parceiros do CMAR na concretização da grande comemoração de natal das crianças, cujas famílias vivem em localidade de risco e anel rodoviário.

68. Bazar do Desapego

- Evento anual no qual doações são realizadas por servidores. Os produtos arrecadados podem ser adquiridos por outros servidores durante o bazar. A renda é revertida para instituições sociais (Prazo: 2017)

Ação Realizada. O II Bazar do Desapego, especificado no PAe SEI 0008653-62.2017.4.01.8008, foi realizado em 07 de julho na Seccional, e consistiu na arrecadação de materiais doados pelos magistrados e servidores, em bom estado de conservação (roupas, acessórios, enfeites de casa, calçados, bijuterias, cosméticos, eletrodomésticos), para organização de um bazar, cuja moeda de troca abrangeu materiais de necessidade das instituições contempladas, a saber: materiais de limpeza, de higiene pessoal, fraldas descartáveis, mantimentos, materiais escolares etc. Para isso, foi efetuada divulgação interna sobre os itens que poderiam ser doados, os quais foram recebidos pelo Núcleo de Bem-Estar Social no período de 16 de maio a 23 de junho de 2017. Os itens doados, não trocados no bazar, foram entregues para duas instituições de caridade escolhidas previamente por meio de Edital, a saber, Instituto Ide Brasil e Casa do Pequeno Cristo. O II Bazar do Desapego da JFMG foi uma ação de cidadania, sustentabilidade e estratégia da Comissão do PRO-BEM. A

doação de produtos incentiva o reaproveitamento e a reciclagem; colabora para a preservação dos recursos naturais; gera economia de energia e reduz o descarte de resíduos no meio ambiente.

69. Feira de Sustentabilidade

- Evento que ocorre simultaneamente ao Seminário de Sustentabilidade e visa a exposição de produtos ecologicamente sustentáveis (Prazo: 2017)

Ação Concluída. A Feira foi realizada durante o Seminário de Sustentabilidade e contou com a exposição de produtos sustentáveis abrangendo: Brinquedos; Roupas; Livros; Cosméticos; Decoração com pneus; Alimentos (requeijão, brigadeiro, etc); Frutas e hortaliças.

70. Inclusão de refugiados na contratação de mão de obra terceirizada

- A Empresa contratada para os serviços de conservação e limpeza emprega mão de obra de um projeto existente em Belo Horizonte que auxilia refugiados do Haiti (Prazo: 2017)

Ação Concluída. Foi realizado um Termo de Cooperação entre a JFMG e a contratada responsável pelo serviço de limpeza e conservação, a empresa Máxima Serviços e Obras. Os haitianos faziam parte de um projeto da cidade de Belo Horizonte – Centro Zanmi, instituição sem fins lucrativos.

71. Ampliação do Programa ESAL

- Programa que visa a contratação de estagiários de nível médio que vivem em situação de vulnerabilidade social (Prazo: 2017)

Ação Concluída. O Programa tem como objetivos promover o acesso ao estágio para estudantes do ensino fundamental e médio em situação de vulnerabilidade social e propagar intervenções solidárias na Seccional. Foram desenvolvidos

treinamentos, realizados pelos próprios servidores da Seccional, que abordaram temas como: comunicação no trabalho; desenvolvimento sustentável na SJMG; ética profissional; Prevenção ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, dentre outros.

Outras ações solidárias desenvolvidas no ano de 2017:

Ainda no mês de dezembro, foi realizada a confraternização de natal dos funcionários terceirizados da JFMG, conforme processo SEI nº 0029937-29.2017.4.01.8008. Os recursos financeiros para a iniciativa foram obtidos da doação espontânea de magistrados e servidores da Seccional, em campanha efetuada de 07 a 24 de novembro, divulgada internamente pela Seção de Comunicação Social da Seccional.

Com o valor arrecadado foi possível a contratação de lanche/Bufferet, servido em dois turnos (manhã e tarde); a aquisição de 450 picolés e 370 cestas de Natal para serem distribuídas a todos os funcionários terceirizados; a contratação de Show de Mágica; e a compra de eletrodomésticos para sorteio, conforme notas fiscais e recibos anexos no processo SEI citado. Foram sorteados também, nos turnos manhã e tarde, presentes surpresa em dinheiro. O espetáculo de música ocorrido no turno da manhã não teve ônus, sendo um presente do grupo de Coral Acordos e Acordes do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais - SITRAEMG. O evento foi divulgado pela Seção de Comunicação Social da Seção Judiciária, assim como também foi divulgado, posteriormente, a prestação de contas referente aos valores arrecadados.

A Campanha Adote uma Cartinha de Natal do Projeto Querubins foi realizada em prol de ajudar na Confraternização de Natal das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, acompanhados pelo Projeto “A Arte de Formar Cidadãos” da Associação Querubins, Instituição situada na Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte. A Campanha ocorreu na Seccional de 05 a 12 de dezembro e as doações espontâneas de magistrados, servidores e funcionários terceirizados foram recolhidas e organizadas no NUBES. Foram doados 51 presentes direcionados às crianças e aos jovens que escreveram as cartas. Os mesmos foram entregues na Instituição dia 13 de dezembro e a festa de Confraternização na Instituição ocorreu dia 15 de dezembro de 2017.

Nesse sentido, as ações de solidariedade efetuadas pela Seccional em 2017 e elencadas no presente relatório, emergem como intervenções da Justiça Federal de Minas Gerais frente à sociedade mineira, à luz da convicção de que toda Instituição Pública precisa dar sua contribuição social e fazer a sua parte na consolidação de um país melhor e de uma sociedade melhor. As propostas de intervenção social atuam também em cumprimento e consonância ao Planejamento Estratégico da

Justiça Federal, que preconiza atender e integrar diretrizes estratégicas aos valores da Justiça Federal, tais como ética, respeito à cidadania e ao ser humano, qualidade e inovação. O objetivo é manter e motivar, em todos os anos, ações e intervenções solidárias por parte da Seção Judiciária e de seus servidores, alcançando expressiva adesão dos mesmos.

Ressalta-se que serão visadas em 2018 a continuidade e a ampliação das ações de solidariedade, por meio da divulgação das atividades e dos projetos existentes e da construção de novos projetos nessa vertente. As ações serão estimuladas, tendo em vista que estas implicam convivência, parceria e participação de servidores de diversos setores distintos, gerando impacto positivo em termos dos relacionamentos interpessoais no contexto laboral, da qualidade geral do trabalho na Seccional e uma maior e melhor integração de magistrados e servidores, o que traz uma promoção da saúde no trabalho. Evidenciamos que estimular a participação de servidores e magistrados, da ativa e os aposentados, nas ações de cunho social, pode trazer também benefícios importantes em termos de promoção da saúde e prevenção de doenças, o que contribui também para a qualidade de vida do corpo funcional, objetivo importante da SJMG e do NUBES.

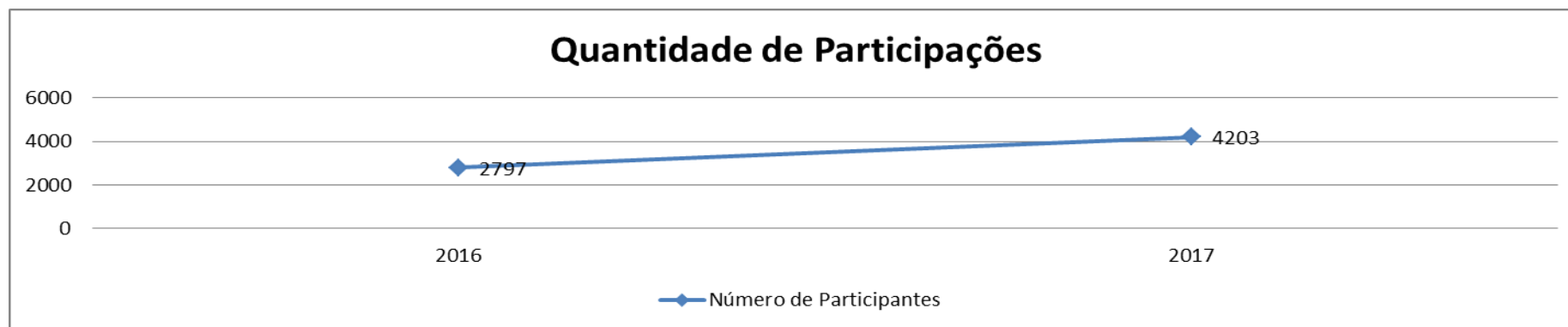
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 14 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 87 a 93 abaixo:

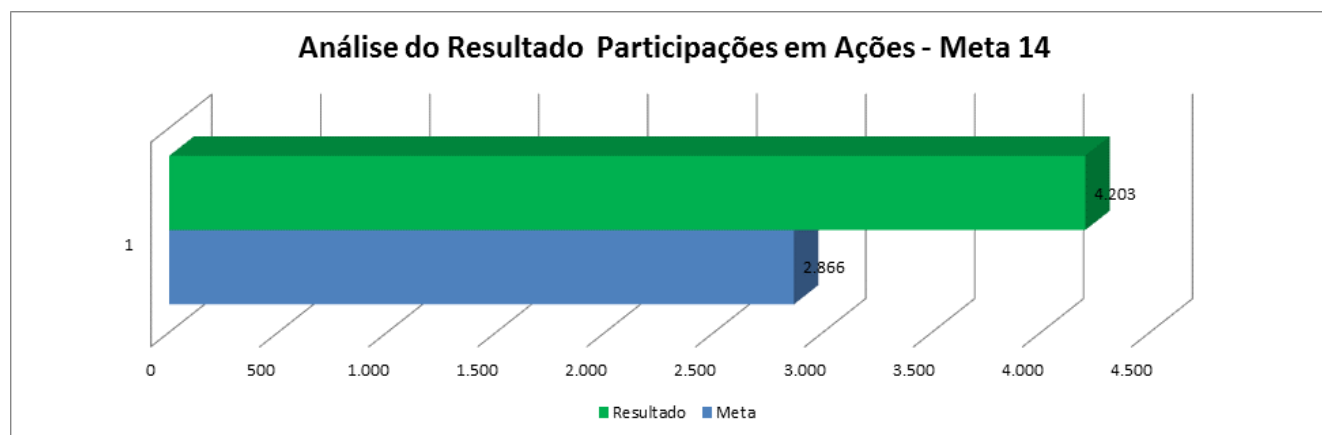
87 a 93. Qualidade de Vida

Indicador	2016	2017
87. Participações em ações de qualidade de vida	2558	3455
88. Quantidade de ações de qualidade de vida	36	85
89. Participação relativa em ações de qualidade de vida		
90. Participações em ações solidárias	296	748
91. Quantidade de ações solidárias	15	13
92. Participação relativa em ações solidárias		
93. Ações de inclusão	2	1

Gráficos Qualidade de Vida JFMG 2017



Análise dos resultados de 2017:



A meta para o ano de 2020 já foi alcançada durante o ano de 2017. Houve um aumento de participações de 50,27%.

O grande número de ações de qualidade de vida e de participações pode ser proporcionado pela criação e manutenção de um Núcleo Administrativo com a função de implementar tais atividades.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Realizar oficina in loco para plantio de horta/jardim nas áreas externas dos prédios

Programa de ergonomia

Campanha contra o câncer de pele

Curso de preparação para aposentadoria

Dia mundial do coração

Protocolo de contratação de pessoas com deficiência

Campanha de prevenção contra o câncer bucal

Semana do servidor público

Vigilantes do peso

Vacinação contra gripe

Bazar

Escambo literário

Natal dos terceirizados

TEMA 13 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

META 15 – Ampliar o número de pessoas capacitadas para 20% até 2020, em relação a 2016

Ações propostas:

01. Capacitação processo eletrônico

Concluída

02. Realizar treinamento do sistema SEI

Concluída

03. Pesquisar a viabilidade de aquisição ou desenvolvimento de softwares para gestão de consumo da Seccional

Cancelado. Ação prejudicada. Em estudo pelo Tribunal. Já consta da Proposta Orçamentária do TRF 2017, no entanto, devido a restrições orçamentárias, talvez seja postergada.

04. Capacitação Projeto ESAL (prazo: 2017)

Concluída. O Programa tem como objetivos promover o acesso ao estágio para estudantes do ensino fundamental e médio em situação de vulnerabilidade social e propagar intervenções solidárias na Seccional. Foram desenvolvidos treinamentos, realizados pelos próprios servidores da Seccional, que abordaram temas como: comunicação no trabalho; desenvolvimento sustentável na SJMG; ética profissional; Prevenção ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, dentre outros.

Outras ações de capacitação socioambiental:

- Curso Sustentabilidade na Administração Pública – parceria do TRE/MG com o Ministério do Meio Ambiente – A3P
- Seminário Licitações e Compras Sustentáveis – curso *in company* contratado pela SJMG
- III Seminário de Sustentabilidade da SJMG – realizado pela SJMG
- Introdução à Gestão Socioambiental (curso virtual)
- Sustentabilidade na Administração Pública: Panorama e Estratégias de Gestão e IV Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário – promovido pelo STJ e TCU

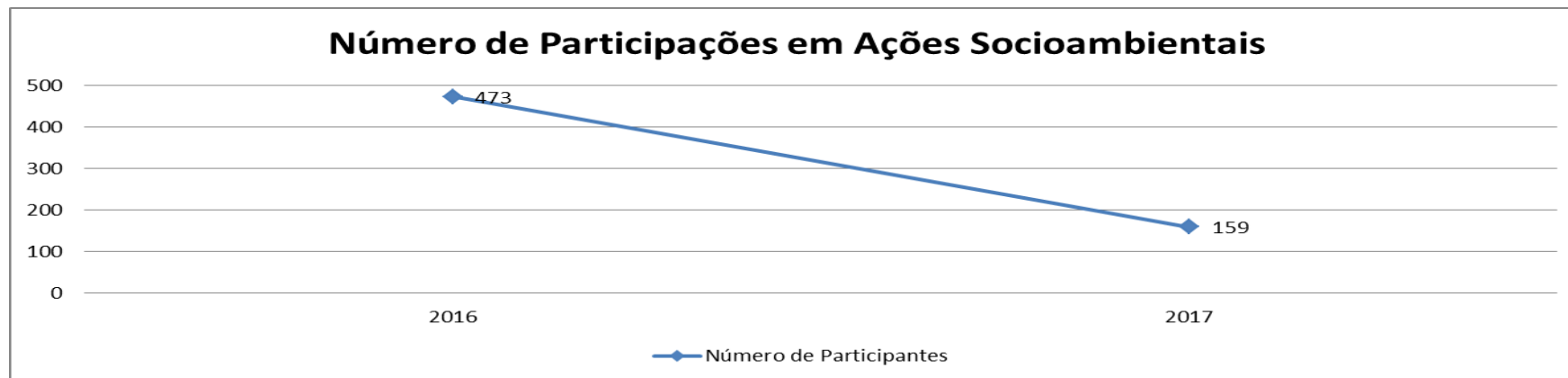
Indicadores:

Para o cumprimento da Meta 15 acima, frente às respectivas ações mencionadas, passamos a observar os indicadores de 94 a 96 abaixo:

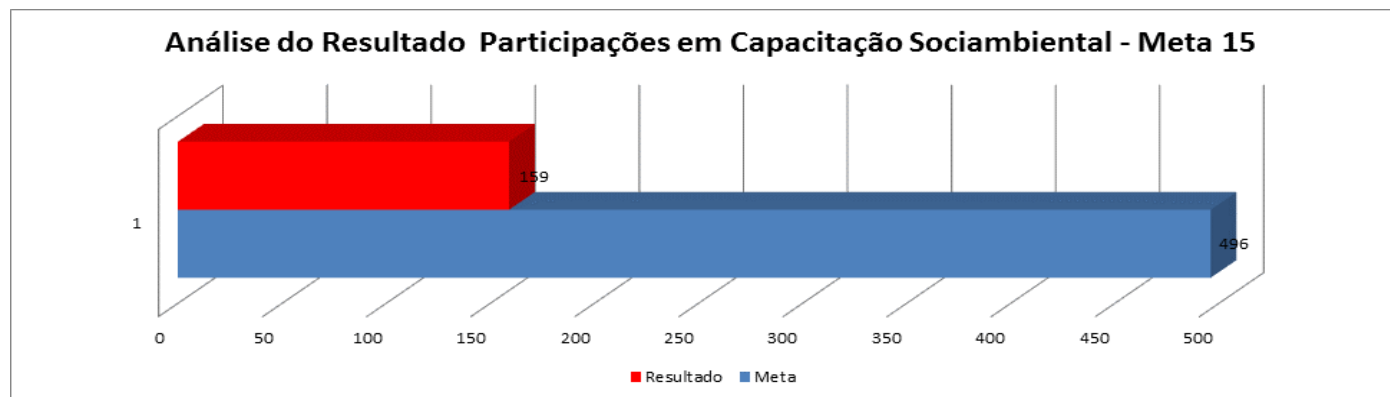
94 a 96. Capacitação socioambiental

Indicador	2016	2017
94. Ações de capacitação e sensibilização	12	5
95. Participação em ações de sensibilização e capacitação	473	159
96. Participação relativa em capacitação e sensibilização		

Gráficos Capacitação Socioambiental JFMG 2017



Análise dos resultados de 2017:



A meta para aumentar o número de pessoas capacitadas em Sustentabilidade não foi alcançada no ano de 2017.

É necessário o desenvolvimento de novas ações de capacitação com a temática socioambiental na Seção Judiciária de Minas Gerais

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Seminário de Sustentabilidade

Reciclagem da capacitação da coleta seletiva

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme relatório apresentado, e a partir das análises feitas, verifica-se que a situação da Justiça Federal de Minas Gerais diante dos dados referentes ao ano anterior, é bastante positiva. É possível afirmar que a JFMG está pautando sua gestão nos critérios sócio-econômico-ambientais e no princípio da economicidade.

Das 15 metas previstas originalmente no PLS da Seção Judiciária de Minas Gerais três não foram alcançadas: Gasto com água envasada; Gasto com manutenção de veículos e número de participações em Capacitações Socioambientais.

As restrições orçamentárias do ano de 2017 permitiram a economia de vários itens previstos na Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, no entanto, não foi possível a realização de algumas ações que dependiam de verba para sua execução. O PLS será revisto para o ano de 2018 para aperfeiçoamento de metas e ações.

O PLS é ferramenta de planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos na administração pública. É fundamental que as unidades envolvidas da Justiça Federal de Minas Gerais entendam a importância da conscientização de todo o corpo funcional e da integração de ideias para a definição de metas e ações que permitam uma administração pública cada vez mais eficiente, trabalhando com foco na gestão de custos e racionalização de recursos materiais e naturais.

Com a implantação das ações propostas no PLS espera-se contribuir para uma mudança de cultura na Justiça Federal, pautada pelo consumo consciente, gestão adequada dos resíduos, combate ao desperdício e respeito ao meio ambiente.